

REVISTA DE SEGUROS

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO MERCADO SEGURADOR

ANO 92 Nº 900 JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO DE 2017

Crise: página virada?

Especialistas
dizem o que
precisa dar
certo para o
País voltar
aos trilhos.

- 
- 2017
- O BNDES DE MARIA SILVIA
 - BIG DATA PARA A SAÚDE SUPLEMENTAR
 - EDUCAÇÃO EM SEGUROS:
CONSUMIDOR MAIS INFORMADO

Terceirização torna empresas mais competitivas e gera mais empregos e segurança jurídica, afirma Hélio Zylberstajn, em entrevista exclusiva



Observe ou _____ avançar?

Como você vai encarar
o mercado daqui pra frente?

AVANCE. FAÇA CURSOS DE EXTENSÃO NA
ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS.

É preciso estar atualizado quando as oportunidades do mercado aparecem. Por isso, a Escola Nacional de Seguros oferece diversos cursos para quem quer fazer uma Pós em pouco tempo e avançar na carreira.



ESCOLA NACIONAL de SEGUROS

Invista em um curso de extensão agora e aproveite no futuro,
utilizando a disciplina como crédito em nosso MBA!*



EDITORIAL

O presidente da CNseg, Marcio Coriolano, explica as mudanças editoriais da Revista, que seguem a nova política de comunicação da Confederação.

CENÁRIO BRASIL

País voltará a crescer de forma consistente se as reformas em pauta forem aprovadas, mas a retomada será lenta em virtude da forte recessão do ano passado.



ENTREVISTA

O economista Hélio Zylberstajn defende a regulamentação da terceirização como parte da reforma trabalhista e critica o TST por legislar sobre a matéria.



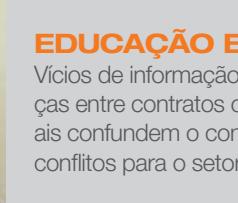
VIOLÊNCIA

Após rebelião e mortes em presídio, Governo Federal lança o Plano Nacional de Segurança Pública para combater o aumento da criminalidade no País.



BNDES

Sob o comando de Maria Silvia, banco tem novas regras de financiamentos e revê critérios e prioridades, para ficar em sintonia com os desafios nacionais.



RESSEGURO

Atual redução das taxas do resseguro é fruto da capacidade abundante do mercado brasileiro, que tem 123 empresas aptas a operar e a disputar clientes.

EDUCAÇÃO EM SEGUROS

Vícios de informação ligados às diferenças entre contratos coletivos e individuais confundem o consumidor e geram conflitos para o setor.



EXPEDIENTE



Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Jayme Brasil Garfinkel

VICE-PRESIDENTES NATOS

Edson Luis Franco, João Francisco Silveira Borges da Costa, Marco Antonio da Silva Barros e Solange Beatriz Palheiro Mendes.

VICE-PRESIDENTES

Mario José Gonzaga Petrelli, Osvaldo do Nascimento e Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas.

DIRETOR NATO

Luis Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Acacio Rosa de Queiroz Filho, Alexandre Malucelli, Antonio Eduardo Marquez de Figueiredo Trindade, Francisco Alves de Souza, Irlau Machado Filho, Ivan Jose de La Sota Duñabeitia, Jorge Hilário Gouvêa Vieira, Luiz Eduardo Loureiro Veloso, Marcelo Augusto Dutra Labuto, Marcelo Mancini Peixoto, Nilton

Molina, Pedro Cláudio de Medeiros Bocayuva Bulcão, Pedro Pereira de Freitas, Randal Luiz Zanetti e Wilson Toneto.

DIRETOR GERAL EXECUTIVO

Marco Antonio da Silva Barros

REVISTA DE SEGUROS

Órgão de divulgação do mercado segurador

CONSELHO EDITORIAL

Ângela Cunha, Carlos Alberto dos Santos Correa, Luiz Peregrino Fernandes Vieira da Cunha, José Cechin, Júlio Cesar Rosa, Marco Antônio da Silva Barros, Marcio Serôa de Araujo Coriolano.

Editora-chefe

Ângela Cunha (MTb/RJ12.555)

Editor Executivo

Vagner Ricardo

Coordenação Editorial

VIA TEXTO AG. DE COMUNICAÇÃO
viatexto@viatekto.com.br
21 - 2262.5215

Jornalista Responsável

Vania Mezzonato – MTb 14.850

Revisão

Claudia Mara Alcon dos Santos e Vagner Ricardo.

Colaboradores

Carmen Nery, Chico Santos, Ciça Guedes, Francisco Luiz Noel, Gabriel Oliven, Jorge Clapp, Larissa Morais, Luciana Calaza, Marcia Alves, Maria Luisa Barros, Olga de Mello e Vagner Ricardo.

Fotografia

Arquivo CNseg, banco de imagens Google e divulgação de empresas.

Projeto Gráfico

Tapioca Comunicação

Redação e Correspondência

Superintendência de Comunicação – CNseg
Adriana Beltrão, Claudia Mara e Rodolfo Campos.
Rua Senador Dantas, 74/12º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-201

Tel. (21) 2510.7777

www.cnseg.org.br

E-mail: cnseg@cnseg.org.br

Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadrado 1/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – sala 1607

Gráfica: Walprint

Distribuição: Serviços Gerais/CNseg

Periodicidade: Trimestral

Circulação: 5 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

É HORA DE FALAR “PARA FORA”

MARCIO SERÔA DE ARAUJO CORIOLANO, Presidente da CNseg

Entre as fundamentais visões das entidades representativas setoriais, figura sempre a de um setor em constante mudança e desenvolvimento, contribuindo para projetar, no futuro, a importância econômica e social do papel das suas Associadas.

Também deriva dessa frequente visão as missões das entidades representativas, sempre no sentido de galvanizar interesses legítimos em busca da melhor compreensão da Nação, da Sociedade e do Governo sobre o papel do setor representado.

Para a CNseg, esses atributos não podem ser diferentes. Mornamente considerando o imenso alcance da contribuição do setor securitário – em termos amplos – para a proteção de patrimônios e para a formação de poupanças, pecúlios e rendas. Esses agregados interessam muito à atualidade e ao futuro das empresas, famílias e indivíduos, bem como ao processo civilizatório do País.

Considerando a abrangência, diferenças e complexidade dos temas associados aos seguros, não é nada trivial o exercício, pela CNseg, da sua missão de galvanizar interesses. Até porque esses temas são relativamente desconhecidos de amplas parcelas da



Arquivo CNseg

população e mesmo de cada um dos poderes constituídos. A “proteção” é usualmente associada aos benefícios patrocinados pelo poder público e ao papel da segurança pública. Não é sempre que os seguros são lembrados.

Não é por outra razão que a atual administração executiva da CNseg e das Federações constituintes tomou como prioridade a comunicação ampla com todos os públicos possíveis – para mostrar e esclarecer a inequívoca associação entre “proteção” e os produtos de seguros, previdência privada, saúde suplementar e capitalização.

Para tanto, o conteúdo da Revista de Seguros reveste-se de papel

instrumental importantíssimo para esse projeto de comunicação. A prioridade editorial da publicação, então, deve estar posicionada consoante o desafio de articular nossos temas próprios às grandes temáticas nacionais.

Precisamos falar “para fora”. Trazer para a Revista, entre outros, os conjuntos de experiências, propostas e indagações que interessem aos formuladores e participantes das políticas públicas, para que introjetem a seus processos decisórios os projetos do nosso setor e comprehendam melhor a importância dos seguros para a recuperação dos grandes agregados econômicos do produto, emprego e renda. Precisamos estimular que os públicos externos também “falem” sobre o nosso segmento.

Parodiando o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, dizemos que “vamos devagar porque temos pressa.” Este trabalho de instrumentação da comunicação através da Revista será obsessivo e incremental. Todas as contribuições serão bem-vindas.

Espero que todos os leitores apreciem, nesta edição, o progresso que, estimamos, já tenha sido iniciado no número anterior.

NÃO CABE AO TST LEGISLAR SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

POR CHICO SANTOS

O momento em que a sociedade brasileira discute a adoção de reformas estruturais que restabeleçam as perspectivas de crescimento econômico de longo prazo, incluindo a reforma da legislação trabalhista, o economista Hélio Zylberstajn, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), avalia que é chegada a hora de o Congresso Nacional regulamentar a terceirização de atividades no mercado de trabalho, de modo a assegurar liberdade de decisão às empresas e garantir os direitos dos trabalhadores terceirizados.

“O momento é mais do que propício, porque a regulamentação da terceirização vai fazer parte do conjunto da reforma trabalhista”, afirma Zylberstajn, hoje um dos principais estudiosos das relações de trabalho no Brasil. Para o pesquisador, somente uma lei específica trará a segurança jurídica necessária para que as empresas escolham livremente o modelo mais competitivo para exercerem suas atividades ou produzirem seus bens.

A lei evitará que o instituto da terceirização permaneça sob o ambíguo guarda-chuva da súmula 331 e da



resolução 23/OE do Tribunal Superior do Trabalho – TST, cujas inconsistências desaguam em diversas ações que hoje tramitam no Supremo Tribunal Federal – STF. “É preciso retirar do TST a capacidade de se instituir o direito de legislar. Isso está errado!”, afirma Zylberstajn, acrescentando ser igualmente importante ficar claro que “intermediação de mão de obra não é

terceirização” e que a adoção dessa prática representa uma fraude.

A reportagem teve como base o estudo “Teoria, Experiência Internacional e Efeitos da Terceirização sobre o Mercado de Trabalho” elaborado pela Fipe para um grupo de entidades empresariais, do qual Zylberstajn é um dos autores. A seguir, os principais trechos da entrevista:



Arquivo Pessoal

O momento político e econômico brasileiro, de crise profunda, é propício para a proposta de regulamentação do trabalho terceirizado?

O momento é mais do que propício, porque a regulamentação da terceirização vai fazer parte do conjunto da reforma trabalhista. Ela vai ser tratada à parte, o Congresso Nacional está tentando finalizar o exame dessa questão, e tudo leva a crer que vai preceder as decisões do Congresso em relação ao restante da reforma trabalhista. Então, é muito apropriado.

Alguns estudos dizem que a terceirização traz a precarização da relação de trabalho e a redução de salários. Qual sua opinião?

Este é o argumento do movimento sindical em geral, cuja base de informações é que é precária. O argumento é muito fraco, não tem embasamento científico. Para que o leitor possa entender o que eu quero dizer, faço uma comparação simples: é como se você tirasse a média salarial do pessoal da limpeza e comparasse com a média salarial do pessoal do escritório. Não é menor? É. Então, a conclusão é que a terceirização precariza. Mas, na verdade, é preciso filtrar. É claro que as ocupações que exigem menos qualificação, menos escolaridade, pagam salários menores. Como a maioria da terceirização hoje é nessas áreas, os salários dos terceirizados, em geral, são

menores do que os dos não-terceirizados. Mas não é por causa da terceirização. O argumento é falso e sua utilização não é muito recomendável. Os estudos da Fipe, feitos para diversas entidades, deixam clara a fragilidade do argumento da precarização.

Da forma que a terceirização é feita atualmente, sob os auspícios da súmula 331 e da resolução 23/OE do TST, o senhor diria que é feita sob regime de insegurança jurídica? Por quê?

Eu acho que uma matéria dessa importância não pode ser regulamentada por uma súmula do TST. Uma súmula não pode ser uma lei. Inclusive, uma das ações que tramitam no STF referentes à terceirização é a que argumenta justamente isto. Não é o TST que deve regularizar essa matéria. Se for retirada uma palavra do texto, mas continuar com a súmula, não haverá segurança jurídica, da mesma forma. Porque é uma súmula! Amanhã os ministros mudam a súmula e aí? É preciso retirar do TST essa capacidade de se instituir o direito de legislar. Isso está errado!

A simples retirada da expressão “atividade-meio” do texto da resolução 23/OE do TST então não resolveria a questão da insegurança jurídica? É preciso um regulamento específico e mais abrangente?

Não é questão de substituir uma palavra ou outra. O TST não pode legislar! Ele não pode regularizar uma matéria. Ele tem que fazer cumprir a lei e não fazer a lei.

“Em todos os países pode-se terceirizar qualquer atividade, não existe essa ideia de atividade-meio e atividade-fim. Deve-se sim garantir que o terceiro tenha o mesmo tratamento que o não-terceiro tem.”

O estudo da Fipe mostra que a experiência internacional sobre terceirização vai da liberdade absoluta nos Estados Unidos até a proibição na Venezuela, com prevalência da liberdade regulada europeia. Qual seria o melhor modelo para o Brasil?

O estudo diz o seguinte: onde a terceirização é regulamentada, o objetivo não é restringir o que pode ou não ser terceirizado. O que as regulamentações fazem é garantir ao trabalhador terceirizado o mesmo tratamento que o sistema de relações de trabalho dá ao não-terceirizado, ao contratado direto. Este é o sentido da regulamentação. Então, é preciso dizer ao terceirizado brasileiro que ele tem todas as garantias da CLT e ponto. É isso que o mundo faz quando regulamenta. No estudo da Fipe, a argumentação parte de um ponto que deve ser destacado: intermediação de mão de obra não é terceirização, é ilegal. É uma tentativa de fraudar o vínculo. A intermediação de mão de obra não pode ser utilizado pelas empresas que trabalham com um mínimo de ética.

Já que o Brasil está estudando uma flexibilização ampla da própria CLT, não seria mais adequado que se adotasse para a terceirização o modelo americano de liberdade total?

O objetivo da regulamentação é garantir que a legislação trabalhista seja preservada para os terceirizados. Nos Estados Unidos, como não existe legislação trabalhista, o tratamento é o mesmo para não-terceirizados e terceirizados. Em todos os países pode-se terceirizar qualquer atividade, não existe essa ideia de atividade-méio e atividade-fim. Deve-se, sim,

garantir que o terceiro tenha o mesmo tratamento que o não-terceiro tem. O que o Brasil precisa é total liberdade de terceirizar qualquer atividade. Agora, se terceirizou, tem que cumprir a legislação, a CLT.

Que papel a definição de uma regra que priorize o direito de opção da empresa para contratar ou não trabalhos terceirizados terá sobre as relações de trabalho e a produtividade da economia?

Hoje em dia, a empresa vencedora é aquela que está inserida em uma cadeia produtiva. Se nós pudermos acabar com esse conceito anacrônico de atividade-méio e atividade-fim, e se as empresas puderam utilizar o que for melhor para elas – e só elas sabem o que é melhor terceirizar ou não – vamos ganhar em eficiência, produtividade e competitividade. Então, a terceirização é sim um tema que tem a ver com a competitividade da economia brasileira.

A liberdade regulada para terceirizar ajudaria a reduzir essa fraude à legislação vigente que o senhor menciona?

Hoje, se é terceirizada uma atividade-fim, isso configura uma fraude. Agora, para nós, o que é fraude? É intermediação da mão de obra. Isso sim. Aí, o que resolve é a fiscalização do trabalho. É o sindicato que deve denunciar. A fraude da terceirização ninguém quer! Todas as entidades contratantes da Fipe para o estudo partiram desse pressuposto. Nós não queremos intermediação de mão de obra. Isso é fraude. Terceirização não é intermediação de mão de obra. Então, a terceirização não é fraude.

“No estudo da Fipe, a argumentação parte de um ponto que deve ser destacado: intermediação de mão de obra não é terceirização, é ilegal. É uma tentativa de fraudar o vínculo. **”**

Regulamentar a terceirização pode ajudar a reduzir a informalidade no trabalho que no Brasil ainda é muito grande?

Eu ouvi o ex-Ministro do Trabalho Miguel Rossetto, do governo Dilma, dizer, em um evento, que a terceirização é informalização, o que é um absurdo. O trabalhador terceirizado tem carteira assinada, está coberto pela CLT. Não é a terceirização que informaliza. O que informaliza no Brasil é o custo da formalização. Nós temos uma estrutura tributária e burocrática para formalizar a mão de obra que custa caro e é isso que causa a informalidade.

Quais as principais vantagens e desvantagens da terceirização para as empresas e para os trabalhadores?

Vou dizer para a economia como um todo: se nós pudermos fazer a terceirização em todas as atividades, a economia brasileira ganhará em competitividade. A empresa fica mais competitiva e isso acaba, em um segundo momento, gerando mais empregos. Então, também é boa para os trabalhadores.

O DESAFIO DE CRESCER EM MEIO ÀS INCERTEZAS

POR VAGNER RICARDO

O consenso diz que o País chegou ao fundo do poço e agora busca dar novos rumos à economia, **o que depende das reformas encaminhadas pelo Governo ao Congresso**

Oano de 2017 – aquele que marca a retomada do crescimento após dois anos de assombrosa retração da economia (o PIB encolheu 7,2% neste período) – ainda é repleto de incertezas. Vindas de todos os lados – persistem os sinais de fragilidade econômica após a pior recessão desde 1948, quando o IBGE passou a calcular o PIB; de instabilidade política; e de tensão social –, as ambiguidades ameaçam frustrar as estratégias bem-elaboradas pelos players dos mais variados mercados, exigindo-lhes frieza e jogo de cintura para atuar em um cenário de tantas turbulências e desafios.

A interligação entre os fatores econômicos (domésticos e globais), políticos e sociais exige um acompanhamento quase holístico de causa e consequência e de desvios da rota dos indicadores. Em razão do quadro de complexidade, a CNseg(*) reuniu um time de especialistas – economistas, políticos, cientistas

sociais – para analisar os fatores de cada área que podem fazer a diferença, colocá-los no radar dos que idealizam ou executam planos estratégicos.

Tudo porque, em virtude da variedade de riscos econômicos, políticos e sociais (incluindo os tecnológicos), não há mais a ‘bala de prata’ capaz de abater ou mitigar tantos fatores ambíguos, que podem afetar o bom funcionamento dos mercados. Sobretudo, olhando o atual ambiente de negócios do Brasil, a polarização social e a crise de representação política, gerada pelo impeachment de um presidente em 2016, pelo envolvimento de parlamentares na Lava-Jato, o maior escândalo de corrupção do País, e aproximação da eleição de 2018. Ou mesmo o caótico cenário mundial da era Trump e do risco de reverberação do seu populismo também na Europa.

É fato que, após dois anos de profunda recessão econômica



Arquivo CNseg

“A mensagem de que o Estado não pode dar o amparo exigido por parcelas da sociedade é cada vez mais claro. (...) Os setores organizados conseguem impor seus interesses sobre aqueles desestruturados, jogando a conta para todos os contribuintes. **”**

Samuel Pessoa

no País (sem contar a estagnação de 2014), os tradicionais modelos matemáticos – que projetam variáveis econômicas, como PIB, inflação,



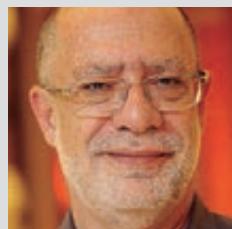
dólar, Selic e taxa de desemprego, por exemplo – continuam importantes, mas não são suficientes para estabelecer um plano de voo seguro. Tais modelos, no máximo, dizem que o País chegou ao fundo do poço no ano passado e agora buscará uma gradual retomada do crescimento. Algo que também dependerá bastante da aprovação das propostas encaminhadas pelo governo ao Congresso para torná-lo mais perene.

MEDIDAS ESTRUTURANTE

O País voltará a crescer, de forma consistente, se as reformas forem aprovadas. Porém, em virtude da forte recessão finda em 2016, será uma retomada lenta. Em consequência, o chamado espírito animal

do empresário permanece contido, esperando a aprovação de alguns capítulos das reformas estruturantes, como as mudanças na Previdência Social e flexibilidade nas leis trabalhistas pelo menos, para dar sinais de vida. As esperanças e expectativas se voltam cada vez mais para o Congresso Nacional, responsável não só por aprovar as medidas estruturantes, mas também medidas moralizadoras e éticas após o escândalo de corrupção revelado pela Lava-Jato.

Mesmo assim, não há qualquer certeza de que as coisas vão andar de acordo com os scripts dos consultores, especialistas de diversas áreas e renomados estrategistas. “Hoje, quando se faz uma análise de conjuntura, uma coisa desagradável é não poder dar boas notícias



Arquivo CNseg

“ Não precisamos superar apenas a crise econômica, mas também a insustentabilidade das aspirações de igualdade da Carta de 1988, vis a vis a capacidade de financiá-la. Não basta apenas fazer o dever de casa no plano econômico. **”**

Sergio Besserman



Arquivo CNseg

“Grande parte dos economistas tende a desprezar a importância da política, sem reconhecer que as lógicas do mercado financeiro são apressadas e pontuais, porque não compreendem a dinâmica política e a complexidade institucional. **”**

Carlos Melo

aos clientes, ainda que seja preciso passar uma mensagem de otimismo e esperança”, reconhece o cientista político Carlos Melo, professor do Insper, tendo em vista tantas incertezas e variáveis.

Pelo menos o quadro econômico doméstico atual é de alguma calmaria, ainda que continue complexo e com fatores limitantes do crescimento, como a alta taxa de desemprego, na casa de 12% ou 13% este ano. “A economia poderá crescer 1% em 2017. Nesse cenário, deve-se esperar balanços corporativos ainda bastante ruins e grandes insolvências nos setores de óleo e gás, mineração e construção pesada”, destaca o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale.

Há, porém, notícias positivas neste ano, como a safra agrícola recorde, capaz de desacelerar a inflação e aumentar a renda e as

exportações. Ou a injeção de recursos na economia via contas inativas do FGTS – um adicional de 0,2% do PIB, estima a MB, ou de 0,4% do PIB, na mediana do mercado. Tais recursos estarão liberados de março até julho deste ano, permitindo abate de dívidas ou novas compras.

O economista Alexandre Schwartsman imagina uma expansão menor, de meio ponto percentual, da economia. “A palavra otimista ainda não dá para ser usada, mas o País começou de fato a fazer o que é certo para colocar a economia de novo nos trilhos”, ressalta.

Também a inflação mais baixa e os juros menores são fatores positivos para a reação gradual da economia, além da aprovação da PEC do teto de gastos, uma ação importante para conter as negligenciadas contas fiscais.

Simultaneamente, o BC, quando



Arquivo CNseg

POLÍTICA, SOCIEDADE E ECONOMIA

Os especialistas consultados nesta reportagem participaram do 22º Encontro de Líderes do Mercado Segurador, evento realizado pela CNseg, de 2 a 5 de fevereiro, no Costão do Santinho, em Florianópolis. Este encontro anual, que abre a temporada de eventos da CNseg, tradicionalmente seleciona para o debate os temas mais relevantes e de maior impacto para o mercado de seguros.

Nessa última edição do Encontro, apesar das perspectivas mais otimistas, diante dos desafios e incertezas no Brasil e no mundo, o presidente da CNseg, Marcio Coriolano, estruturou com bastante antecipação a programação dos debates, de acordo com o que entende serem os três temas de fundamental relevância para que se possa entender melhor ‘de onde viemos e para onde vamos’: “Política, Sociedade e Economia”, tópicos que exigem uma análise integrada, com um enfoque abrangente.

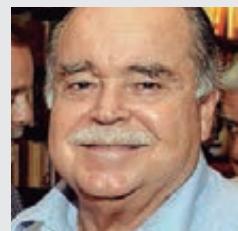
Para coordenar o programa de discussões e selecionar os debatedores, Marcio Coriolano convidou o economista e professor da PUC-RJ Luiz Roberto de Azevedo Cunha. O resultado superou as melhores expectati-

vas. Em síntese, concluiu-se que o Brasil teve em 2016 mais um período conturbado em termos econômicos e políticos, com o processo de *impeachment* da presidente Dilma em um quadro econômico recessivo com inflação elevada. Na opinião do economista, pós o fracasso – por falta de apoio político no Congresso – da tentativa de mudança na política econômica para evitar o ‘downgrade’ da dívida pelas agências de risco, e a saída do ministro Joaquim Levy, ao final de 2015, um período de indefinição na área econômica, ampliado pela conturbação na política, aprofundou a desaceleração da atividade econômica, ampliando o desemprego. “O impacto do quadro político sobre os diversos setores da economia foi profundo, e o mercado segurador enfrentou reduções significativas, principalmente em alguns ramos dos seguros gerais e de saúde”, destacou Luiz Roberto.

A partir da posse do presidente Temer, foram observadas algumas melhorias nas expectativas, com a nova equipe econômica comandada pelo ministro Henrique Meirelles, assim como as novas direções de empresas públicas fundamentais para o processo de desenvolvimento. A retomada de uma agenda de reformas estruturais, maior racionalidade na gestão da economia, perspectivas do início de uma recuperação da atividade, redução do desemprego e recuo acentuado do processo inflacionário, abrindo espaço para

redução dos juros reais, são as boas notícias para o ano de 2017.

O que se pode dizer que, de certa forma, é que os economistas, talvez mais pragmáticos, em razão das expectativas positivas geradas pela equipe econômica do Governo, estão mais otimistas que os cientistas políticos, preocupados com os desafios do quadro político-partidário do País e as consequências das investigações judiciais. Mas, em tempos de incerteza e de risco elevado, sem dúvida os líderes do setor de seguros que participaram do encontro de fevereiro saíram mais inspirados para superar os desafios.



Arquivo Pessoal

“O impacto do quadro político sobre os diversos setores da economia foi profundo, e o mercado segurador enfrentou reduções significativas, principalmente em alguns ramos dos seguros gerais e de saúde.”

Luiz Roberto Cunha





Arquivo CNseg

“A economia poderá crescer 1% em 2017. Nesse cenário, deve-se esperar balanços corporativos ainda bastante ruins e grandes insolvências nos setores de óleo e gás, mineração e construção pesada.

Sérgio Vale

”

se sentiu confortável, ampliou os cortes da taxa básica de juros nos primeiros meses do ano, reforçando a percepção de que a economia vai acelerar seu crescimento nos trimestres subsequentes. Os juros básicos devem fechar em um dígito (9,5% provavelmente) e a inflação medida pelo IPCA, abaixo da meta (de 4,5%), um alívio para a combalida economia, concordam os especialistas.

Os dois economistas lembram que os EUA devem estar no radar dos estrategistas. Isso porque a maior economia do mundo promete dificultar o acesso de produtos e de trabalhadores estrangeiros a seu mercado, algo que pode produzir uma guerra comercial sem precedentes e impactos profundos nos mercados globais. Para o Brasil, inicialmente o protecionismo americano não será impactante – alguma

depreciação na moeda brasileira e eventualmente uma desaceleração no ritmo de corte mais forte da Selic – na avaliação de Schwartsman; ou mesmo um eventual aumento das encomendas chinesas em retaliação ao fechamento do mercado dos EUA, acrescenta Sérgio Vale. Tudo porque o Brasil está entre os países mais fechados das maiores economias mundiais.

Mas o cenário de longo prazo dos mercados globais gera apreensão. As ações protecionistas dos EUA (revisão dos acordos globais, tarifas sobre produtos importados etc.), equívocos na política fiscal e na diplomacia poderão enfraquecer a economia americana aos poucos. Isso porque as propostas de investimentos significativos em infraestrutura, de aumento dos gastos militares e de redução dos impostos deverão elevar a inflação americana, provocando aumento dos juros básicos, volatilidade global e um desfecho dramático: uma recessão na maior economia do planeta nos próximos anos.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

No Brasil, também a eleição de 2018 promete ser outro momento relevante para o País, porque será a hora de o eleitor (que votou majoritariamente num modelo desenvolvimentista, ao aprovar a reeleição de Dilma Rousseff) ratificar a continuidade das mudanças estruturantes, em curso no Governo Temer, ou escolher propostas mais heterodoxas.

Lula, se puder concorrer; Marina Silva mais uma vez; um candidato da situação, que poderá tirar bene-



Arquivo CNseg

“Até que se faça uma verdadeira reforma política, o governo continuará dependente da distribuição de cargos para formar a maioria no Legislativo, quando o ideal seria negociar tão somente apoios a projetos e programas, sem contrapartidas de nomeações. **”**

Paulo Delgado

fício de um quadro econômico mais animador (algo que dependerá do Congresso) e algum de centro-direita estarão no páreo, segundo o senador licenciado Aloysis Nunes (ex-líder do governo e atual Ministro das Relações Exteriores), para quem é pouco provável, porém, que um candidato de extrema esquerda vença o pleito, sobretudo após o modelo intervencionista adotado no final da gestão petista e de seu fracasso no plano econômico.

Ele lembra que há um consenso mundial de que os governos não podem mais fornecer níveis históricos de proteção social, ainda que se intensifiquem as pressões de grupos mais organizados (corporativos ou sociais) para não perder

o guarda-chuva do estado. Em consequência, líderes populistas, que surgem também na Europa – França, Itália e Holanda são os mais recentes exemplos – com sua retórica anti-establishment, contra a globalização, podem disputar a eleição brasileira, sem informar às massas que este caminho é um passo para um ciclo vicioso de menor crescimento a longo prazo, capaz de ampliar, aos poucos, a desigualdade social.

No Brasil, a mensagem de que o Estado não pode dar o amparo exigido por parcelas da sociedade é cada vez mais claro. E começa com o combate ao caráter patrimonialista da sociedade brasileira, algo que historicamente provoca divisão injusta dos parcos recursos públicos, beneficiando grupos corporativos e sociais mais organizados,

admite Samuel de Abreu Pessoa, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas. “Os setores da sociedade organizada conseguem impor seus interesses sobre aqueles desestruturados, jogando a conta para todos os contribuintes”, afirma.

A seu ver, uma primeira resposta a “esse jogo escuso” pode ser a recente aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que fixou um teto aos gastos públicos pelos próximos anos, contendo a voracidade dos grupos de pressão. Nesse sentido, o político tem hoje primazia sobre o destino do País e, após os erros de política econômica da era petista, prevalece um espírito reformista entre os congressistas, refletindo um pouco a mudança de perspectiva da sociedade, na opinião de Samuel Pessoa.

“Apesar disso (da falta de uma reforma mais ampla), o atual sistema político funciona. A reforma política é algo mais amplo, mas há méritos e relevância na reforma eleitoral examinada neste momento (pela PEC 36/2016, já aprovada no Senado).”

Fernando Abrucio



Arquivo CNseg



INSTITUIÇÕES EM CRISE

Ainda mais com a deterioração das finanças públicas dos estados e a exacerbação da agitação social – entre nós, a recente greve da PM do Espírito Santo, seguida de toque de recolher da população e dos saques a estabelecimentos comerciais, é um exemplo assustador; ao lado da matança em presídios nos estados nordestinos; dos protestos no Rio contra o necessário pacote de ajuste em aprovação na Assembleia Legislativa – há um claro sinal de que as instituições estão em crise aguda.

“Não precisamos superar apenas a crise econômica, mas também a insustentabilidade das aspirações de igualdade da Carta de 1988, visa a capacidade de financiá-la. Não basta apenas fazer o dever de casa no plano econômico. O que não podemos mais é, para um problema complexo como o brasileiro, apostar em uma solução simples, mas sempre errada, como dizia ex-ministro Pedro Malan”, lembra o economista Sergio Besserman.

Estas questões dramáticas dependem claramente da política. “Para o bem e para o mal, a política ainda é o motor das instituições. É necessário que fique claro que todas as mudanças no campo econômico dependem e carecem do suporte da política. Mesmo assim, grande parte dos economistas tende a desprezar a importância da política, sem reconhecer que as lógicas do mercado financeiro são apressadas e pontuais, porque não compreendem a dinâmica política e a complexidade institucional”, ensina o professor Carlos Melo.

Para Samuel Pessoa, está em curso no País uma profunda reforma no desenho institucional, talvez muito mais ampla que os sinais de melhora na economia, e estratégica para o País ter dias melhores e mais estáveis nos próximos anos. Algo que tem a ver com uma forte pressão da sociedade, ideologicamente convencida agora

insatisfação “com um Brasil que nunca fica pronto e alterna momentos de alguma prosperidade econômica e retorno à periferia, afundando na miséria, sem políticos capazes de colocar o País na trilha de crescimento sustentável com legislações adequadas”.

A fragmentação partidária ainda é dos nós nos seguidos atrasos da aprovação de reformas estruturantes. “Até que se faça uma verdadeira reforma política, o governo continuará dependente da distribuição de cargos para formar a maioria no Legislativo, quando o ideal seria negociar tão somente apoios a projetos e programas, sem contrapartidas de nomeações”, afirma ele.

Está claro que uma verdadeira reforma política é necessária para que os programas de desenvolvimento econômico sejam contínuos. Mas há possibilidade de se aprovar reformas ou meros remendos?

O professor Fernando Abrucio, da FGV-SP, descarta uma reforma política ampla e de fôlego, mas acredita em mudanças pontuais no sistema eleitoral. “Apesar disso, o atual sistema político funciona. A reforma política é algo mais amplo, mas há méritos e relevância na reforma eleitoral examinada neste momento”, lembra ele, referindo-se à PEC 36/2016, já aprovada no Senado.

Entre os méritos, ele destaca a perspectiva de reduzir a fragmentação partidária e de proporcionar aumento da representatividade; e a criação de partidos e alianças mais estáveis, em detrimento da “geleia geral” existente hoje nas coalizões. Mas ele vê um cenário pouco ami-



Arquivo CNseg

“ Reconheço que as mudanças graduais continuarão a frustrar o conjunto da sociedade, porque a democracia representativa carrega em seu DNA este tipo de frustração e o parlamentar não segue à risca as propostas referendadas pelo eleitor. ”

Aloysio Nunes

da necessidade das reformas estruturantes. Sua percepção é de que se caminha para aprovar a agenda de reformas – na Previdência e trabalhista, principalmente.

Ex-deputado federal, o sociólogo Paulo Delgado concorda que a sociedade demonstra cada vez mais

gável de aprovação da matéria na Câmara dos Deputados e lamenta não haver alusão à modificação na governança dos partidos, um remédio contra a oligarquização partidária. E muitos desafios: como aumentar a permeabilidade social dos partidos ou melhorar o controle institucional dos governos sem impedir sua ação.

Aloysio Nunes acha que a reforma política ampla ambicionada pela sociedade é inviável. "Quando penso nos problemas da reforma política brasileira, acho que o caminho mais fecundo é do incremento progressivo, à medida que as questões prementes tenham solução consensual ou pelo menos amplamente majoritária. Mas reconheço que as mudanças graduais continuarão a frustrar o conjunto da sociedade, porque a democracia representativa carrega em seu DNA este tipo de frustração e o parlamentar não segue à risca as propostas referendadas pelo eleitor, em razão de medidas súbitas que surgem na agenda política", afirma ele, para quem a sociedade vive um período de frustração exacerbada com a política.

Mesmo assim, ele acredita que medidas tópicas contribuem para algum aperfeiçoamento político. No caso da PEC 36, seu mérito é de atacar dois problemas sérios do sistema eleitoral. Um é a fragmentação partidária, que, se não leva risco à governabilidade, a torna custosa, algo que a sociedade não suporta mais.

ESTADO DE ARTE

Há um longo caminho em busca do estado de arte na política. Mas

presidentes mais habilidosos, capazes de montar uma maioria parlamentar, como fizeram FHC e Lula, estão aptos a realizar reformas importantes, diz Paulo Delgado, ao deixar claro que a falta de apoio político no segundo mandato de Dilma foi decisiva para o aprofundamento da crise econômica, tendo em vista que as propostas de

O futuro tornou-se uma caixa preta. Então talvez seja melhor contentar-se com a solução de Santo Agostinho para o problema do tempo, sugere Sergio Besserman. No entender de Agostinho, o passado e o futuro só existem no presente. Pois o passado existe como lembrança do que já foi, e o futuro existe como antecipação do que será.

Essa internalização do tempo na consciência de Santo Agostinho torna menos impactante a tarefa de se preparar para as transformações do mundo antecipadas por Luis Rasquilha, professor da Fundação Instituto de Administração – FIA. Afinal, como não se assustar com a previsão de que, nos próximos dez anos, 40% das empresas na lista da "Future 500 Companies" não existirão mais? E, afinal, como as empresas do século XIX, com colaboradores do século XX e clientes do século XXI, devem promover ajustes profundos de adaptação ao admirável mundo novo?

Rasquilha lembra que a inteligência artificial, que aprende, interage e substitui os humanos em quase todos os trabalhos, já é uma realidade, para o bem e para mal. "Nesse quadro, saber gerir a complexidade e a ambiguidade será o fator de maior impacto na forma como trabalharemos nos próximos dez anos. E os ciclos de aprendizagem serão mais curtos e cada vez mais importantes para a sobrevivência e para o sucesso", destaca ele.

Você e sua empresa estão preparados para o admirável mundo novo?



Arquivo CNseg

“ Saber gerir a complexidade e a ambiguidade será o fator de maior impacto na forma como trabalharemos nos próximos dez anos. E os ciclos de aprendizagem serão mais curtos e cada vez mais importantes para a sobrevivência e para o sucesso. ”

Luiz Rasquilha

correção de rumo não foram aprovadas em 2015.

Além dos fatores convencionais, ainda é necessário pensar no futuro que começa a ser desenhado com as inovações tecnológicas, fora de qualquer controle e capaz de colocar em risco a sobrevivência das empresas em todo o mundo.

O BRASIL REFÉM DA FALTA DE SEGURANÇA PÚBLICA

POR LUCIANA CALAZA

Governo lança plano nacional para conter a escalada da violência, **responsável pela morte intencional de 58 mil brasileiros em 2015.**

Amorte de 60 detentos em um presídio de Manaus nos primeiros dias do ano chocou o mundo e fez com que o sistema penitenciário brasileiro voltasse à pauta de discussões. Dias depois, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Segurança Pública, documento que contém medidas para combater a criminalidade e o alto índice de homicídios no País.

A tarefa é árdua. Em 2015, foram mortos intencionalmente 58.383 brasileiros, de acordo com o 10º Anuário Brasileiro da Segurança Pública. Mais de 3.300 mortes foram causadas pelas próprias polícias, uma média nove pessoas por dia. Foram 45 mil estupros notificados e mais de um milhão de carros roubados ou furtados, em dois anos. Ou seja, em termos de crimes contra a vida, contra a pessoa e contra o patrimônio, o País está mal.

A cientista social Silvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESeC, da Universidade Cândido Mendes, diz que, como país, as respostas aos problemas da violência e da criminalidade têm sido lentas e pouco efetivas.



Divulgação CESeC

“As polícias em geral são reativas, muitas vezes usam a força de forma excessiva, e têm investido pouco em investigação, inteligência, tecnologia e planejamento.”

Silvia Ramos

“Além das fracas políticas de prevenção da violência, principalmente entre jovens, as polícias em geral são reativas, muitas vezes usam a força de forma excessiva, e têm investido pouco em investigação, inteligência, tecnologia e planejamento. Se pensarmos num padrão nacional, é possível dizer que nossas polícias atiram muito e investigam pouco”, afirma Silvia.

Entre as ações previstas no Plano Nacional de Segurança Pública estão a construção de presídios e a defesa da adoção de penas alternativas para crimes menos graves, a fim de reduzir a superlotação das prisões brasileiras.

Fato é que as más condições a que presos são submetidos hoje facilitam o crescimento de facções criminosas dentro dos presídios, nos quais o Estado tem cada vez menos influência. Dados de 2014 do Departamento Penitenciário Nacional – Depen mostram o crescimento gradual da população carcerária no Brasil. Em 2004, o País tinha 336 mil presos. Dez anos depois, esse número quase dobrou, com 622 mil. A quantidade de vagas, porém, não acompanha o crescimento. Em 2014, o número de vagas era 371,8 mil.

PRESÍDIO X ESCOLA

Desde o agravamento da crise no sistema prisional brasileiro, uma frase do antropólogo Darcy Ribeiro, dita numa conferência em 1982, tem ecoado nas redes sociais: “Se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”. A profecia se concretizou. Em 2013, um estudo da USP mostrou que, para cada investimento de 1% em educação, 0,1% do índice de criminalidade era reduzido – o que prova que o inchaço do sistema carcerário brasileiro seria evitado com melhorias no ensino. No Brasil, os presos custam 13 vezes mais que os estudantes.

Para obter esse número, a pesquisa analisou o gasto público em educação entre 2000 e 2009, e como o investimento impactou na redução da taxa de homicídios. O estudo também concluiu que uma escola voltada para o desenvolvimento do conhecimento



“Sucateado, o sistema penitenciário brasileiro não consegue alcançar o objetivo de ressocialização e, infelizmente, serve como escola para graduação no crime.”

Deputado Alexandre Baldy

tem menos chance de gerar alunos violentos do que aquelas com depredação do patrimônio, atuação de gangues e tráfico de drogas.

“Sucateado, o sistema penitenciário brasileiro não consegue alcançar o objetivo de ressocialização e, infelizmente, hoje serve como escola para graduação no crime”, afirma o deputado federal Alexandre Baldy (PTN), presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara. Ele lembra que o brasileiro convive há anos com essa insegurança e percebe um total descaso dos últimos governos com o setor, pois faltou investimento federal na Segurança Pública para proteger fronteiras e diminuir ou evitar o contrabando e o tráfico de drogas.

BAIXO INVESTIMENTO

Há poucos dias, o Governo Federal anunciou a mudança do nome

do Ministério da Justiça para Justiça e Segurança Pública. Para Baldy, além de mudar a nomenclatura do Ministério, o Governo precisa colocar recursos e dinheiro de forma direcionada nesta pasta. “Hoje, são arrecadados 70% dos impostos totais e, desse montante, somente 14% são investidos no sistema de Segurança Pública”, informa o deputado.

Para Silvia Ramos, o nome “Segurança Pública” agregado a “Justiça”

na placa do Ministério ajuda pouco, se não houver um projeto sério de reforma do sistema de segurança e de polícia. “Enquanto estivermos enchendo nossas prisões com pequenos traficantes que atuam na ponta final da venda de drogas e investindo todas as energias e recursos das polícias no confronto nos bairros pobres, e não nas investigações para desmontar as quadrilhas, o nome do Ministério não fará diferença”, afirma ela.

O PESO NA VIOLENCIA NO BOLSO DO BRASILEIRO



Divulgação Sindseg-RS

Não basta o cidadão sofrer com o medo da violência. Seu bolso também sofre o impacto do aumento da criminalidade. Segundo dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, foram investidos R\$ 239,3 bilhões em contratações de seguros privados no País em 2016, um crescimento nominal de 9,2% na comparação com 2015. Somente no ramo de automóveis, a arrecadação foi de R\$ 31,7 bilhões.

“Em termos práticos, toda vez que o mercado segurador verifica desvios nas suas curvas estatísticas, demonstrando elevação nos índices de indenização, seus custos são recalculados”, destaca o vice-presidente do Sindicato das Seguradoras do Rio Grande do Sul, Rubens Oliboni.

“Toda vez que o mercado segurador verifica desvios nas suas curvas estatísticas, demonstrando elevação nos índices de indenização, seus custos são recalculados.”

Rubens Oliboni

Ele reconhece que as famílias estão gastando cada vez mais para se manterem seguras. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os roubos e furtos de veículos totalizaram 37.796 ocorrências no ano passado, atrás apenas de SP, RJ e MG. “Evidentemente, esses números trouxeram elevações importantes nos preços das apólices. Por outro lado, a crise econômica reduziu o poder de compra dos clientes, o que está impedindo que a busca por mais proteção seja viável”, lamenta Oliboni.

BNDES TEM NOVAS REGRAS DE FINANCIAMENTOS

POR GABRIEL OLIVEN

Sob o comando de Maria Silvia Bastos Marques, o BNDES revê critérios e prioridades na alocação de recursos, para manter-se em sintonia com os grandes desafios nacionais.



Um dos maiores bancos de fomento do mundo, cujos ativos somam R\$ 930 bilhões, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES trilha o caminho da reestruturação, amparado em um novo patamar de governança, ações de transparência e mudanças nas regras de financiamento. Esse processo teve início assim que Maria Silvia Bastos Marques tomou posse no cargo de presidente do banco, em junho de 2016, período marcado por forte turbulência nos cenários político e econômico.

Primeira mulher a ocupar a presidência da instituição, Maria Silvia logo imprimiu seu modelo de gestão, ao rever procedimentos internos e redefinir critérios e prioridades na alocação de recursos públicos, e procura manter o BNDES em sintonia com os grandes desafios nacionais. Logo ao assumir o cargo, deixou claro que a instituição deve financiar projetos em que retornos sociais superem os privados. Ou seja, projetos de maior impacto para

a sociedade merecem condições diferenciadas de financiamento, independentemente do setor.

Sob a batuta de Maria Silvia, o BNDES tratou de modificar substancialmente sua política de crédito. Até o início deste ano, as condições de financiamento seguiam normas diferentes para cada setor da economia.

“O BNDES quer ser o banco do desenvolvimento sustentável, com forte impacto social, econômico e ambiental, capaz de fazer diferença na vida de todos os brasileiros. **”**

Em janeiro, os critérios passaram a ser

horizontais a todos os setores, focando nos atributos dos projetos.

A instituição também passou a priorizar financiamentos mais favoráveis, com TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) de 7,5% ao ano, para projetos que tragam mais benefícios à sociedade. Os setores considerados prioritários são educação, saúde, meio ambiente, exportação, infraestrutura, inovação e Micro, Pequenas e Médias Empresas – MPMEs.

“O BNDES quer ser o banco do desenvolvimento sustentável, com forte impacto social, econômico e ambiental, capaz de fazer diferença na vida dos brasileiros. Para isso, precisa financiar projetos que apresentem alguma forma de externalidade, que gerem benefícios para a sociedade além daqueles apropriados pelo tomador de crédito”, explica.

POLÍTICA OPERACIONAL

O BNDES passou a ser mais criterioso na hora de decidir se um projeto deve receber financiamento ou não. A política operacional considera um rating baseado em metodologia que avalia diferentes dimensões: social, econômica, ambiental, territorial e visão de cliente. Em paralelo, foi criado o Departamento de Monitoramento e Avaliação, que cuidará da Política de Metas e Avaliação dos projetos apoiados. Essa prática permite ao Banco ter mais transparência nos resultados dos projetos que financia.

A reestruturação atinge também os projetos de grande porte. O BNDES contratará serviços externos de avaliação em projetos de infraestrutura com valor de financiamento superior a R\$ 1 bilhão – prática já adotada por

bancos de desenvolvimento internacionais. Projetos dos demais setores, com crédito superior a R\$ 500 milhões, também devem passar por avaliação externa.

As novas diretrizes, segundo a presidente, têm como objetivo fortalecer o BNDES, de modo que ele possa cumprir melhor o papel de fonte princi-

“No banco, como cerca de 50% dos recursos são desembolsados para MPMEs, a experiência com os canais de distribuição no mercado segurador tem sido muito útil.”

pal de recursos para investimentos de longo prazo no País. As transformações são cruciais no momento em que o Brasil enfrenta dois anos seguidos de queda do PIB, com forte retração dos investimentos.

A recessão também afetou os indicadores do Banco. Em 2016, o volume de desembolsos do banco chegou a R\$ 88,3 bilhões, uma queda de 35% sobre o ano anterior, refletindo o quadro econômico do País, que comprimiu a formação bruta de capital fixo e reduziu a demanda por financiamentos.

O BNDES vê com otimismo os sinais de recuperação da economia em 2017, traduzidos na queda da inflação e na recuperação dos índices de confiança da FGV. Maria Silvia acredita que é ra-

zoável esperar um crescimento do PIB em torno de 0,5% este ano – cenário com o qual trabalha a Área de Pesquisa e Planejamento do Banco.

EXPERIÊNCIA EM SEGUROS

Maria Silvia fala – e age – com conhecimento de causa. Em seu extenso currículo profissional, já consta uma passagem pelo BNDES nos anos 90, quando assessorou o programa de privatizações. Na sequência, esteve à frente da Secretaria Municipal da Fazenda do Rio. Em 1996, assumiu a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Foi ainda presidente da Icatu Seguros, de 2007 a 2011, e comandou a Empresa Olímpica Municipal. O trabalho no mercado de seguros, por sinal, foi um aprendizado importante em sua carreira de gestora.

“É muito prazeroso chegar ao BNDES e usar a minha experiência com seguros, não só na área de infraestrutura, onde claramente o setor tem um papel importante, como também como financiador e investidor de longo prazo”, lembra ela, que na Icatu acabou se envolvendo em uma série de outras atividades, como a abertura do mercado de resseguros. Outro trabalho marcante foi o desafio de ampliar os canais de distribuição para chegar aos consumidores finais.

“No BNDES, como cerca de 50% dos recursos são desembolsados para MPMEs, através de agentes financeiros repassadores, a experiência com os canais de distribuição no mercado segurador tem sido muito útil. A ampliação e a diversificação de canais de distribuição são variáveis críticas para alcançar de forma eficiente o cliente final”, conclui.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL A SERVIÇO DOS NEGÓCIOS

POR LARISSA MORAIS

Sistemas cognitivos irão solucionar problemas complexos e possibilitar um salto tecnológico em diversas áreas da economia.

A busca longa e angustiante por um diagnóstico médico difícil, que envolve doenças raras não listadas em livros acadêmicos, exigindo que o profissional consulte revistas médicas e leia centenas de artigos de referência para chegar a uma conclusão, está com os dias contados. A tecnologia pode apontar em minutos o que a mente humana levaria meses para descobrir.

São os chamados sistemas cognitivos, que permitem diferentes tipos de utilização da inteligência artificial. Tais sistemas são capazes de rastrear a bibliografia disponível e cruzar informações presentes nos artigos médicos com as apresentadas pelo paciente em questão de minutos, garantido um diagnóstico rápido e de alta precisão.

Na prática, um sistema cognitivo faz o trabalho ‘braçal’ para que as pessoas possam atuar com mais eficiência, define Luiz Rodrigo Barros, consultor da IBM. “Humanos poderiam chegar às mesmas respostas, mas levariam meses até que pudessem identificar e analisar dados que um sistema inteligente processa às vezes em minutos”, explica. A IBM criou um dos principais sistemas do gênero



Arquivo pessoal

“ Um advogado pode ter acesso à jurisprudência de um caso com base no processamento de milhares de decisões judiciais anteriores.

Cezar Taurion

”

disponíveis no mercado, o Watson, que é oferecido no Brasil desde outubro de 2014.

No mundo, centenas de empresas já utilizam sistemas do gênero para solucionar problemas complexos nas mais diversas áreas e, no Brasil, onde o uso já vem sendo intensificado, a previsão é de uma expansão rápida.

Entre as empresas nacionais que já se beneficiam da inteligência artificial estão o Bradesco e o Banco do Brasil.

No Bradesco, o Watson da IBM é utilizado para auxiliar a equipe de call-center com informações sobre produtos; já no BB, o sistema foi incorporado para ajudar na realização de transações financeiras, via Internet Banking, segundo Barros. Ele estima que, em cerca de um ano, muitas outras empresas estarão usufruindo os diversos tipos de aplicações dos sistemas inteligentes no País, em área como pesquisa, atendimento, marketing e processos, entre outras.

O especialista em transformações digitais Cezar Taurion, autor de nove livros sobre o assunto, enxerga uma revolução do porte da experimentada

TRANSFORMAÇÕES À VISTA NO MERCADO DE SEGUROS

Para as seguradoras, este ainda será um ano de testes para a incorporação da nova tecnologia, o que deve acontecer em cerca de dois anos, informa Camilo Ciuffatelli, da Comissão de Processos e Tecnologia da Informação da CNseg. “No Brasil, o mercado segurador ainda está entendendo a aplicabilidade e a relação custo-benefício desses sistemas, mas em pouco tempo haverá mudanças mais profundas”, prevê.

A expectativa, no entanto, é de que todas as etapas da operação de uma seguradora

pela sociedade com a chegada da internet nos início dos anos 1990 e, mais recentemente, dos *smartphones*. Para o executivo, que é líder da Digital Transformation da Kik Ventures, os sistemas cognitivos irão provocar uma nova disruptão não só no universo empresarial, mas também no cotidiano das pessoas. Isso quer dizer uma mudança brusca no curso das coisas, com interrupção do processo anterior.

Em outubro do ano passado, durante o maior evento sobre inteligência artificial do mundo, o *World of Watson*, o CEO Global da IBM, Ginny Romethy, previu que até o fim deste ano um bilhão de pessoas já terão algum tipo de contato com a plataforma Watson. Ele também estima que, até 2025, o mercado de

computação cognitiva represente mais de US\$ 2 trilhões.

Segundo Taurion, a disseminação dos sistemas inteligentes abre perspectivas para um salto de desenvolvimento em diversos campos do conhecimento e dos negócios. Para as pessoas físicas, a previsão dele é que o uso se torne corriqueiro em cerca de 5 anos. Os profissionais liberais, como advogados, médicos e dentistas, também terão acesso a uma série de facilidades.

“Um advogado pode ter acesso à jurisprudência de um caso com base no processamento de milhares de decisões judiciais anteriores. Quanto mais informações o sistema puder acessar, mais precisos serão os resultados oferecidos”, detalha o especialista.

possam ser aperfeiçoadas a partir do uso de sistemas cognitivos. “Da análise do perfil do segurado, ao pagamento de sinistro, cálculo de prêmio, venda de produtos, monitoramento de riscos e detecção de fraudes, em toda a cadeia do negócio é possível imaginar benefícios. As perspectivas são excelentes”, estima.

O especialista descreve exemplos de uso da inteligência artificial para o setor. Uma seguradora de saúde poderá ter acesso ao número de passos diários dados por um segurado, por exemplo. Com base em informações sobre este e outros hábitos de saúde, a empresa pode cobrar menos ou mais por uma apólice.

Já um dono de automóvel poderá demonstrar facilmente que não circula por áreas perigosas e que guarda o

carro em local tranquilo, para conseguir o barateamento do seu seguro. “Os produtos poderão ser feitos muito mais sob demanda do que atualmente”, afirma Cezar Taurion, da Kik Ventures.

No Brasil, o assunto ainda é tratado com discrição pelas seguradoras, mas no exterior muitas já utilizam a nova

“No Brasil, o mercado segurador ainda está entendendo a aplicabilidade e a relação custo-benefício desses sistemas, mas em pouco tempo haverá mudanças mais profundas.”

Camilo Ciuffatelli



Divulgação IBM

“Humanos poderiam chegar às mesmas respostas, mas levariam meses para identificar e analisar dados que um sistema cognitivo processa em minutos.”

Luiz Rodrigo Barros

tecnologia com resultados animadores, informa Ciuffatelli. A americana United Health acompanha a saúde de segurados por meio de uma pulseira eletrônica capaz de identificar informações como pressão arterial e batimentos cardíacos. Já a Metromile realiza monitoramento de locais de circulação e quilometragem de veículos, e a AIG tem o auxílio de um sistema cognitivo para a detecção de fraudes.

A japonesa Fukoku Mutual Life Insurance Company investiu US\$ 1,7 milhão numa plataforma Watson que irá identificar a linguagem dos seus clientes entre positiva e negativa, nas ligações para seu *call-center*. A expectativa da companhia é recuperar rapidamente o investimento e aumentar a lucratividade. A economia prevista é de US\$ 1,1 milhão por ano.

TRANSFORMANDO O NEGÓCIO COM BIG DATA

POR OLGA DE MELLO

O uso da tecnologia para a criação de um banco de dados unificado **ajudará a melhorar a gestão das operadoras de saúde, evitando aumento de custos.**



Divulgação IBM

“Há ferramentas seguras para criar um banco de dados unificados, permitindo o melhor controle da oferta pelas seguradoras e, principalmente, melhorar a qualidade do atendimento. **”**

Claudio Pinhanez

Reunir todas as informações de prestadores de serviços, órgão regulador, operadoras e clientes em um grande banco de dados, integrando e compartilhando elementos da Saúde Suplementar, é essencial para otimizar a gestão do setor. A opinião é compartilhada por representantes de todos esses segmentos, que discutem o tema mesmo antes de uma mobilização conjunta entre os interessados. Há também iniciativas isoladas de operadoras, que têm encomendado pesquisas a empresas de tecnologia de informações para aprimorar o controle de suas próprias redes de clínicas, hospitais e consultórios médicos, o que demonstra o interesse em usar a tecnologia para aprimorar a qualidade dos serviços, unificando procedimentos, reduzindo tempo de diagnóstico e início de tratamento.

Ao longo de quatro meses, entre o fim de 2015 e o primeiro trimestre de 2016, a IBM examinou 109 milhões de pedidos de reembolso de uma operadora de Saúde Suplementar para saber quais profissionais de saúde trabalhavam juntos. Segundo o gerente do Laboratório de Análise de



Divulgação LexisNexis Brasil

“O modelo estatístico, também ajuda na interação da seguradora com a pessoa física, humanizando o atendimento. Bancos de dados contributários permitem o amplo controle de variáveis do mercado. **”**

Ricardo Lachac

Dados Sociais da IBM Brasil, Claudio Pinhanez, o objetivo era montar um quadro de associações entre médicos, a fim de atrair para a operadora os profissionais que ainda não eram credenciados.

Segundo ele, foram analisados dados coletados durante um ano e meio para fazer esse levantamento, sem utilizar informações sobre tratamentos, hospitalização ou exames de cerca de dois milhões de pacientes em todo o Brasil. Ele avalia que foi um projeto pequeno diante do mercado de saúde, porém, teve o cuidado de preservar o sigilo dos dados dos clientes, trabalhando apenas com o código identificador dos procedimentos

ESTRUTURAR AS INFORMAÇÕES É GESTÃO DA SAÚDE

A Saúde Suplementar no Brasil precisa investir em gestão para reduzir, a médio e longo prazos, o custo dos serviços oferecidos, de acordo com avaliação do setor. Nesse cenário, é urgente a estruturação de um sistema de intercâmbio de informações no segmento, alerta a presidente da FenaSaúde, Solange Beatriz Palheiro Mendes.

“As empresas sabem que o acompanhamento em medicina sempre traz gastos. No entanto, é preciso ver essa medida como investimento e não como custo. É a informação gerada a partir dos bancos de dados que permite às empresas compreender porque os custos estão aumentando e como lidar com isso”, afirma ela, acrescentando que um prontuário eletrônico compartilhado é essencial para a gestão de saúde, tanto pública quanto privada.

“Os bancos de dados das operadoras têm informações sobre toda a cadeia

assistencial. É preciso ordená-las, classificá-las e estruturá-las para criar padrões analíticos comparáveis e melhorar o atendimento. Isso é “gestão da saúde”.

Na avaliação da presidente da FenaSaúde, a tecnologia da informação também pode detectar fraudes por meio da avaliação de Big Data – mesmo não sendo este o objetivo principal. “Há sistemas desenvolvidos especificamente para isso, capazes de perceber padrões similares de utilização, que geralmente indicam a fraude. Por exemplo, se a média de pedidos de exames por médicos de uma especialidade é de três por paciente, e um médico pede 15 exames para todos os seus clientes, existe um desvio”, alerta.

Segundo a executiva, outro ponto a considerar é o que estimula a atenção à saúde por parte das operadoras, prestadores e dos próprios beneficiários, o que evita duplicações de procedimentos e promove uma atenção à saúde mais organizada.

e o número do CRM dos profissionais. “Há ferramentas seguras para criar um banco de dados unificados, permitindo o melhor controle da oferta pelas seguradoras e, principalmente, melhorar a qualidade do atendimento”, explica Claudio Pinhanez.

Para Ricardo Lachac, CEO da LexisNexis Brasil, o cruzamento de dados de operadoras, clientes e forne-

cedores de serviços deve ser iniciado rapidamente, sob pena de aumento nos gastos com saúde. O Big Data, além de permitir o intercâmbio de informações dos clientes que passam de uma para outra seguradora, por exemplo, estreitaria o relacionamento entre seguradoras e pacientes.

“O modelo estatístico não se resringe ao controle do sistema como



Arquivo FenaSaúde

“ Os bancos de dados das operadoras têm informações sobre toda a cadeia assistencial. É preciso ordená-las, classificá-las e estruturá-las para criar padrões analíticos comparáveis e melhorar o atendimento. Isso é “gestão da saúde”. ”

Solange Beatriz

“É essencial que se busque reduzir desperdícios, porque hoje os custos médicos estão acima da capacidade de pagamento da população e das empresas”, conclui Solange Beatriz.

um todo. Também ajuda na interação da seguradora com a pessoa física, humanizando o atendimento. Bancos de dados contributários, permitem o amplo controle de variáveis do mercado, apontando tendências nos procedimentos, o que melhora a qualidade de atendimento e leva à gestão mais adequada da saúde a médio prazo”, afirma Lachac.



Divulgação ANS

A diretora da ANS recorda que, até cinco anos atrás, cada operadora tinha um modelo próprio de registro de dados – e a TISS padronizou os sistemas de registro e intercâmbio de informações entre operadoras, prestadores de serviços e a ANS. “Hoje, há uma guia padronizada, com linguagem única e informações codificadas para que todos compreendam. Estamos no início do processo de discussão com os setores público e privado, definindo que dados podem ser exportados para compor um prontuário a ser compartilhado para todos os usuários do SUS também”, diz Martha Oliveira.

Alguns países europeus já dispõem de um registro que acompanha a criança que sai da maternidade. “No Reino Unido, os bebês recebem certidão de nascimento e esse prontuário”, informa Martha Oliveira.

Este modelo deverá ser adotado no mundo inteiro, diz Paulo Magnus, presidente da MV, líder mundial em sistemas de gestão de saúde por tecnologia de informação. Ele destaca que, em um futuro próximo, cada indivíduo terá um registro eletrônico com informações médicas de toda a sua vida, compartilhadas entre sistemas e unidades de Saúde, públicas ou privadas, permitindo a prevenção de doenças e atendimento menos onero-

“Estamos no início do processo de discussão com os setores público e privado, definindo que dados podem ser reunidos num prontuário a ser compartilhado para os usuários do SUS também.”

Martha Oliveira

PRIMEIROS PASSOS

A implantação de um padrão para a Troca de Informação de Saúde Suplementar – TISS, cujos estudos foram iniciados há cerca de dez anos, está entre os primeiros passos para o compartilhamento em Big Data, lembra a diretora de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde – ANS, Martha Oliveira. Um sistema integrando todas as informações só deve ser concluído em uma década, estima ela, apontando processos semelhantes em países com grupos populacionais menores, como França, Inglaterra e Alemanha.



Nando Chiappetta - NC Fotografia

“As operadoras de Saúde Suplementar precisam caminhar no sentido de ter uma relação mais próxima com o paciente e não serem consideradas meras pagadoras de procedimentos.”

Paulo Magnus

so. “As operadoras de Saúde Suplementar precisam caminhar no sentido de ter uma relação mais próxima com o paciente e não serem consideradas meras pagadoras de procedimentos”, afirma Paulo Magnus.

DADOS DA SAÚDE SUPLEMENTAR

Em janeiro de 2017, o Brasil tinha **47,6 milhões de beneficiários médico-hospitalares e 22,2 milhões exclusivamente odontológicos**, representando uma taxa de cobertura de 24,5% e 11,45% da população, respectivamente

Na Região Sudeste estão 61% dos beneficiários – **29,3 milhões de pessoas**

Há **787 operadoras** com beneficiários nos planos médicos

SINERGIA QUE PODE REDUZIR CUSTOS REGULATÓRIOS

POR JORGE CLAPP

Plano de Regulação da Susep indica temas que integrarão a revisão das normas vigentes, que ficaram obsoletas diante da dinâmica do mercado.

A decisão da Susep de divulgar um plano anual de regulação, listando os temas que serão objetos de propostas normativas e de estudos ao longo desse ano – somada ao compromisso firmado de consultar o mercado antes de editar novas regras ou alterar o marco regulatório vigente –, consolidou a perfeita sinergia entre o órgão regulador e os agentes privados, que vem rendendo bons frutos nos últimos anos.

“A disposição do colegiado é a de ter constante interlocução com o mercado, estando a postos, inclusive, para ser o facilitador que leva sugestões ao Ministério da Fazenda”, reafirmou a autarquia, em resposta à consulta feita pela Revista de Seguros.

Nesse contexto, os vários grupos de trabalho criados para propor novas normas ou alterações nas regras em vigor, ou mesmo para desenvolver produtos, aumentaram a percepção de que, se não há indício da desejada autorregulação, ao menos é possível evitar erros e, assim, poupar recursos. “A agenda de todos está mais cheia. Mas, nos grupos de

trabalho ou nas consultas públicas, é possível antecipar eventuais lacunas, o que se refletirá até na redução dos custos regulatórios”, afirma o presidente da Comissão Atuarial da CNseg, Marcos Spiguel.

NOVOS MARCOS

A Susep vem implantando no Brasil regras de regulação de riscos similares ao modelo europeu nos últimos dez anos, explica. Nesse período, foram aprovados novos marcos para os riscos de subscrição, de crédito, operacionais, legais e, por fim, de mercado (em 2016). Segundo Spiguel, o plano de regulação indica que haverá uma revisão dessas normas, que ficaram um tanto obsoletas pela dinâmica do mercado. “É muito positivo que sejamos consultados previamente”, conclui.

O Plano de Regulação estabelecido pela Deliberação 184/16 listou os temas que, de acordo com a Susep, serão objeto de propostas normativas com o objetivo de desenvolver o mercado, aperfeiçoar as regras de supervisão e consolidar a supervisão baseada

“Nos grupos de trabalho ou nas consultas públicas, é possível antecipar eventuais lacunas, o que se refletirá até na redução dos custos regulatórios. **”**

Marcos Spiguel

em riscos: meios remotos, guarda de documentos; capitalização; ampliação dos limites de cessão de resseguros; capital de risco de subscrição de danos; risco de crédito; assistência financeira; capitais de risco; ativos garantidores; derivativos e fundos de investimento; e VGBL.

Serão estudados ainda o IRFS (International Financial Reporting Standard) 9 e 17, na classificação de ativos e nos resultados das companhias, propondo as devidas alterações no plano de contas; e a contabilização das operações de cosseguro, estabelecendo critérios padrões de reconhecimento contábil, analisando a adequação à natureza de não solidariedade do cosseguro e definindo as eventuais adaptações nas normas de provisões e capital.

NOVAS VIAS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS

POR CIÇA GUEDES

Número de processos que abarrotam os tribunais do País leva o Judiciário a condenar a cultura do litígio e defender a solução extrajudicial.

O volume excessivo de demandas, que chegou a 105 milhões de processos acumulados na Justiça, tornou o sistema processual no País incapaz de resolver, em tempo razoável, até os conflitos mais simples. Como parte da discussão que a sociedade e a comunidade jurídica vêm realizando para mudar esse quadro, a nova legislação – Código de Processo Civil – CPC, Lei de Mediação e a reforma da Lei de Arbitragem – foi um passo fundamental na busca de meios consensuais de solução de desentendimentos.

Para o presidente executivo do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, Gustavo da Rocha Schmidt, o Judiciário entendeu que é preciso mudar a cultura do litígio para buscar solução extrajudicial. Segundo ele, sob a liderança dos ministros Luiz Fux, do STF, presidente da Comissão que elaborou o novo CPC, e de Luiz Felipe Salomão, do STJ, que presidiu a Comissão de Juristas do Senado para Arbitragem e Mediação, o Legislativo e o Judiciá-



Marcelo de Jesus

“ Talvez a explicação mais importante (para a judicialização) seja a cultura do ensino jurídico vigente no Brasil. Não era assim quando a Constituição de 1988 foi promulgada. ”

Gustavo Schmidt

rio compreenderam que é preciso resgatar o papel da ‘autonomia da vontade’ na solução de conflitos.

“O Poder Judiciário não é a primeira via para a solução de conflitos, mas sim a última. E a mediação e a arbitragem não são ‘vias alternativas de solução’, essa denominação evidencia a cultura da judicialização. A mudança de paradigma é essa”, afirma Schmidt.

Para ele, o ensino jurídico voltado para o litígio tem peso determinante na formação da cultura processual vigente, pois o estudante de Direito é treinado para o conflito judicial, mas nunca para negociar e buscar consenso. “Essa cultura levou aos 105 milhões de processos judiciais em curso no País. Talvez a explicação mais importante seja a cultura do ensino jurídico vigente no Brasil. Não era assim quando a Constituição de 1988 foi promulgada”, avalia Gustavo Schmidt.

BUSCA DE CONSENSO

A advogada Vivien Lyz Porto Ferreira da Silva, presidente do Grupo Nacional de Trabalho de Mediação e Arbitragem da Associação de Direito Internacional de Seguro – AIDA, afirma que todas as áreas precisam ser envolvidas, antes que se instaure um processo de mediação. “É necessário um diálogo interno nas empresas acerca do que elas podem ganhar com a mediação”, sugere.

Como os números da judicialização estouraram no ano passado, refletindo-se em vários segmentos da atividade econômica, a redução de contingência ganhou destaque ainda maior com a crise econômica e o aumento dos processos. Por conta

disso, acredita a advogada, até o fim deste ano deverá haver avanço na aplicabilidade da mediação.

"Para saber se a mediação é aplicável, é necessário fazer um *risk assessment* de cada caso. É muito importante que as empresas comecem a se informar sobre o assunto e façam cálculos. A mediação é um custo intermediário infinitamente mais baixo do que o de um passivo judicial, de um valor de reserva contabilizado por mais de um ano", pondera.

USO DA TECNOLOGIA

A I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios, realizada pelo Centro de Estudos Judiciais do Conselho da Justiça Federal, em parceria com o STJ, em agosto do ano passado, aprovou, entre outros enunciados, o fomento do uso de plataformas tecnológicas e o reconhe-



Divulgação

“A mediação é um custo intermediário infinitamente mais baixo do que o de um passivo judicial, de um valor de reserva contabilizado por mais de um ano.

Vivien Lyz Porto

”

cimento das Ouvidorias como elementos de solução extrajudicial de litígios.

Do ponto de vista do consumidor, a advogada Vivien Lyz Porto Ferreira da Silva acredita que falta uma aproximação maior com o tema. "Na mediação, o trabalho se inicia com um processo de reeducação da empresa e do cliente acerca do que foi con-

tratado, para equilibrar as partes em termos do conhecimento sobre o conflito", diz ela, acrescentando que, depois, o mediador usa técnicas para levar as partes à melhor proposta de acordo. "Quando as partes constroem um consenso, o índice de cumprimento do acordo é de praticamente 100%", enfatiza.

O DESAFIO DA MEDIAÇÃO NOS CONTRATOS DE MASSA

A produção de conhecimento e a difusão da arbitragem e da mediação em eventos acadêmicos são fundamentais para que a cultura da judicialização fique no passado. "No setor de seguros, o número de processos é grande. Na Saúde Suplementar, a demanda é crescente e inadiável. Só no DPVAT, por exemplo, são

430 mil. Um sistema desses não pode funcionar. Percebe-se nos conflitos de massa a necessidade de buscar soluções", explica Vivian Lyz.

A Superintendente Jurídica da CNseg, Glauce Carvalhal, cita que no rol das mudanças que vieram com o Novo Código de Processo Civil as regras de estímulo à mediação e à conciliação de conflitos – instrumentos de adesão voluntária na fase judicial ou prejudicial, que podem ganhar fôlego, aliviando o sobre carregado trabalho das Cortes.

Para ela, o desafio do mercado é viabilizar a mediação nos contratos de

seguros de massa e, com isso, reduzir a judicialização de questões sensíveis nessa área. "Ainda é necessário sensibilizar o consumidor a mudar de comportamento e entender a importância dessa forma de resolução de conflitos. A conciliação favorece o processo da paz social, pois incentiva a cultura do diálogo e torna a justiça mais ágil e menos custosa", pondera.

Segundo ela, o setor precisa estudar um modelo capaz de atender aos consumidores e a seus interesses na busca de solução de litígios a partir da mediação, considerando os benefícios para as partes envolvidas.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES A CAMINHO

POR FRANCISCO LUIZ NOEL

O aumento da longevidade reserva um papel crucial para o setor de seguros, que é avançar na proteção da vida, da saúde e da renda dos brasileiros.

Divulgação



“O Brasil continua meio às cegas diante do crescimento rápido da população de idosos. A sociedade brasileira ainda tem mania de achar que é jovem. Há muito preconceito e mesmo discriminação em relação ao idoso.

Alexandre Kalache

”

O Brasil carece de políticas públicas para tratar do aumento acelerado da expectativa de vida da população, que terá 70 milhões de pessoas com 60 anos ou mais em 2050, ou 30% dos brasileiros – um salto de 180% em relação aos atuais 25 milhões de idosos. Os desafios a vencer vão da adequação do sistema de saúde para atender melhor os mais velhos à criação de condições mais amigáveis para este público nas cidades, exigindo a tomada urgente de consciência dos governos e da sociedade.

Um dos especialistas que chamam a atenção para o atraso nacional em relação ao avanço da longevidade é o ex-diretor do Departamento de Envelhecimento e Saúde da Organização Mundial de Saúde – OMS, Alexandre Kalache, que preside o Centro Internacional de Longevidade – Brasil. “O País continua meio às cegas diante do crescimento rápido da população de idosos”, afirma. “A sociedade brasileira ainda tem mania de achar que é jovem. Há muito preconceito e mesmo discriminação em relação ao idoso.”

A longevidade com qualidade de vida – o envelhecimento ativo, como preconiza a OMS – requer o acúmulo pessoal

de quatro capitais, enumera Kalache. “O primeiro é a saúde, que pressupõe tomar conta de si mesmo, ter hábitos saudáveis e acesso a serviços. O segundo, para quem tem sorte de poder acumular, é o financeiro. O terceiro capital é o social, das relações humanas. O último é o conhecimento. Por conta das desigualdades socioeconômicas do País, muitos idosos não detêm esses capitais para viver bem na velhice”, lamenta.

URBANIZAÇÃO INCLUSIVA

Alexandre Kalache dirigiu o Departamento da OMS de 1994 a 2007 e deixou dois importantes legados: o Marco Político do Envelhecimento Ativo, com recomendações para governos e empresas, e o Guia Cidade Amiga do Idoso, dedicado à urbanização inclusiva. “A revolução da longevidade tem impacto em todas as etapas que precedem a velhice e em todos os aspectos da sociedade”, assinala. Nas empresas, ele destaca a importância da instalação de academias de ginástica para os empregados e outros incentivos aos cuidados com a saúde.



“Por volta de 2050, teremos pela primeira vez o mesmo número de idosos e de crianças, o que era inimaginável há alguns anos. A tendência da pirâmide etária é virar retângulo.”

Fabio Alonso

Processos de envelhecimento como o dos brasileiros ocorreram nos países europeus na fase final do século XX, observa o demógrafo Fabio Alonso, da Universidade Federal Fluminense – UFF. “Mas uma coisa é envelhecer na França, país desenvolvido, com estrutura social sólida; outra, no Brasil, que ainda tem muitas questões socioeconômicas a resolver”, compara. “Nosso grande desafio é garantir o envelhecimento ativo num país que também tem outras demandas.”

Alonso observa que o aumento da longevidade e a vitalidade crescente dos idosos depois da aposentadoria vêm fazendo com que muitos deles mantenham a condição de provedores das famílias, apoiando filhos adultos e ajudando a criar netos e até bisnetos. “Por volta de 2050, teremos pela primeira vez o mesmo número de idosos e de crianças, o que era inimaginável há alguns anos. A tendência da pirâmide etária é virar retângulo”, diz o demógrafo.

Fabio Alonso alerta que é urgente a

CONSCIENTIZAÇÃO PARA DIFUNDIR NOVOS PRODUTOS

O setor de seguros tem papel crucial a desempenhar diante do aumento da longevidade. Mas, para fazer avançar na proteção da vida, da saúde e da renda entre os brasileiros, é preciso trabalhar na conscientização, afirma o presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida – FenaPrevi, Edson Franco. “Temos a responsabilidade de ajudar as pessoas a entender a importância de mecanismos de investimento e de proteção que correspondam a suas expectativas”, diz.

O desenvolvimento de produtos que complementem a renda é uma das contribuições esperadas do setor, já que o Estado, alerta Franco, “não terá condições de prover aposentadoria no modelo que existe hoje”. Ele observa que, no País, a relação entre população inativa e potencialmente ativa passará de 10% para 60% nos próximos 50 anos, ao passo que, na França, irá dos 19% para 40%.

Entre os produtos com potencial no segmento, assinala o presidente da FenaPrevi, está o Vida Universal (Universal Life), que combina seguro de vida e acumulação financeira.

Outro é o Previdência e Saúde



“Temos a responsabilidade de ajudar as pessoas a entender a importância de mecanismos de investimento e de proteção que correspondam a suas expectativas.”

Edson Franco

(PrevSaúde), em análise no Congresso, que possibilitará a acumulação para complementação da aposentadoria ou pagamento de plano ou seguro de saúde.

Edson Franco também aposta na criação dos planos de *Annuities* (anuidades), oferecidos nos Estados Unidos, reunindo seguro de renda e vida, e na regulamentação da figura do proponente qualificado, que permitirá aplicações de maior risco e maior rentabilidade a clientes que conhecem o mercado financeiro.

necessidade de o Brasil definir políticas públicas para equacionar a demanda sem precedentes sobre os serviços de saúde e a previdência social. “Até que ponto o sistema público aguentará? Uma alternativa seria pensar em parcerias com hos-

pitais privados”, sugere. O redesenho da previdência também é imperativo. “O sistema previdenciário é uma balança, com gente que contribui e gente que recebe. O problema é que a cada ano há mais gente recebendo e por mais tempo”.

EXCESSO DE CAPITAL PROPICIA O CHAMADO 'MERCADO SOFT'

POR CARMEN NERY

Capacidade abundante do mercado de resseguros brasileiro, que tem 123 empresas aptas a operar, torna a concorrência forte e mantém as taxas abaixo da média. Bom para o segurado final.

O mercado de resseguros mundial continuará com taxas reduzidas ao longo desse ano e, provavelmente, também em 2018, em decorrência das incertezas com relação aos ciclos dessa indústria, que nunca passou por situação semelhante às atuais. A avaliação é de Evandro Marin, especialista em Resseguros e Gestão de Seguros da Escola Nacional de Seguros, que aponta três fatores para explicar as mudanças ocorridas ou que eventualmente possam ocorrer: desequilíbrio entre a oferta e a demanda (a exemplo do atual excesso de capacidade); choques externos (como taxas de juros baixas), perdas catastróficas e *lags* de regulatórios (como a implementação do Solvência II – modelo de

Divulgação Escola



supervisão baseado na captação e conhecimento de todos os tipos de riscos abrangentes nos negócios de cada seguradora adotado pela Comunidade Europeia); e, por fim, influências gerais nos negócios (ciclos relacionados à própria econo-

“ Os investidores continuarão acreditando no Brasil e na América Latina, onde a penetração de seguros ainda é muito baixa. A possibilidade de criação de novas oportunidades é imensa e deve ser explorada.”

Evandro Marin

mia, como a crise de 2008) ou no mercado a ser ressegurado.

Um dos motivos da atual redução das taxas do resseguro é a entrada, cada vez mais forte, do

mercado de capitais no setor, atraído pela maior rentabilidade dos papéis das resseguradoras, num momento em que as taxas de juros dos títulos das economias avançadas estão extremamente baixas, explica Marin. As resseguradoras, por sua vez, têm procurado diluir seus riscos, captando no mercado financeiro, via instrumentos como *CAT Bonds* e *ILS (Insurance Linked Securities)* – o que faz com que haja um excesso de capital, acarretando o chamado ‘mercado soft’, ou seja, muita capacidade e, portanto, preços menores com melhores condições para o segurado final.

No Brasil, as taxas estiveram historicamente abaixo da média, tendo em vista a forte concorrência do setor. Paulo Pereira, presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguros – Fenaber, observa que atualmente há uma capacidade abundante no País, que saiu do monopólio, em 2008, para um modelo concorrencial com 123 resseguradoras registradas para operar no território nacional (16 locais, 30 admitidas e 77 eventuais), que disputam US\$ 3 bilhões em prêmios (dados de 2016).

MERCADO PEQUENO

Na avaliação de Paulo Pereira, é um mercado relativamente pequeno para o número de resseguradoras registradas – e a tendência



Divulgação Fenaber

“ Agora que o Governo mostra interesse em deslanchar as concessões e as obras de infraestrutura, o novo modelo do seguro garantia será agilizado. O produto vai permitir que as seguradoras concluam as obras.

Paulo Pereira

”

de mercado soft deve continuar ao longo desse ano. No caso específico do Brasil, acrescenta, há a questão da séria crise econômica, que afeta o Produto Interno Bruto – PIB e, por consequência, o resseguro. Mas ele

tem expectativas de mudanças.

“O Governo precisa investir em infraestrutura, uma questão de extrema necessidade. As concessões vão deslanchar assim como os investimentos em estradas, ferrovias e infraestrutura em geral. Os leilões de óleo e gás devem ser retomados. Tudo isso exige cobertura de riscos de engenharia e de garantia, impulsionando o resseguro”, vislumbra.

O presidente da Fenaber destacou ainda a iminente criação de uma nova modalidade de seguro garantia, lembrando que é do interesse do Governo a conclusão das obras e não necessariamente o recebimento da indenização em caso de sinistro. O novo produto vai dar uma alavancada no setor de resseguros brasileiro. Trata-se de uma demanda do Governo negociada, nos últimos dois anos, pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda com as entidades do setor, entre elas a Fenaber e a CNseg.

“Agora que o Governo mostra interesse em deslanchar as concessões e as obras de infraestrutura, o novo seguro garantia será agilizado. O produto vai permitir que as seguradoras concluam as obras – caso sejam abandonadas pelas construtoras”, explica Pereira. Para isso acontecer, segundo ele, é necessário fazer um ajuste no seguro de garantia atual, passando a im-



Divulgação Deloitte

“ Isso (as circulares 322 e 325) cria mais interesse pelo mercado brasileiro. Há boas perspectivas de concessões e privatizações em aeroportos, rodovias e ferrovias, o que impulsionaria o resseguro. **”**

Elias Zoghbi

portância segurada de 5% do valor do projeto para 30%, para atender à demanda do Governo. “A ideia é que a seguradora, em vez de fazer o cheque, termine a obra”, afirma. A expectativa é de que outros produtos também possam surgir, como os relacionados aos crimes cibernéticos e às perdas causadas por eventos climáticos extremos.

CONSOLIDAÇÃO

A médio e longo prazos há sempre a dúvida do que pode acontecer se os resultados ficarem aquém do que os acionistas esperam, caso as taxas nacionais permaneçam baixas por muito mais tempo. Por isso, o especialista da Escola Nacional de Seguros acredita que haverá um processo de consolidação entre as mais de 120 resseguradoras que atuam no País.

“Para muitas empresas, também haverá uma reversão de expectativa do que se projetava no início da abertura do mercado. Mas os investidores continuarão acreditando no Brasil e em toda a

América Latina, onde a penetração de seguros ainda é muito baixa. A possibilidade de criação de novas oportunidades é imensa e deve ser explorada. Nossa mercado tem atraído inclusive prêmios de resseguros de companhias cedentes do exterior. Ponto positivo para quem almeja ser um polo de referência na América Latina”, avalia Marin.

Para Elias Zoghbi, líder da indústria de seguros da consultoria Deloitte, o cenário tende a se tornar mais atrativo para as resseguradoras internacionais, após a edição pela Susep das circulares 322 e 325, que, respectivamente, reduz a obrigatoriedade de repasse para as resseguradoras locais de 40% para 15% nesse ano; e eleva a taxa de transferência de risco entre empresas do mesmo grupo de 20% para até 75%, nos próximos três anos. “Isso cria mais interesse pelo mercado brasileiro. Há boas perspectivas de concessões e privatizações em aeroportos, rodovias e ferrovias, o que impulsionaria o resseguro”, analisa.

ENCONTRO DE RESSEGURO

O Rio de Janeiro será sede da sexta edição do Encontro de Resseguro, que acontece nos dias 5 e 6 de abril, no Hotel Sofitel, em Copacabana. Ao longo de dois dias, serão debatidas questões estratégicas com a apresentação de temas que estão em evidência no Brasil e no mundo. O evento é fruto de parceria entre CNseg, Fenaber e Escola Nacional de Seguros. Veja a programação completa em: <http://www.cnseg.org.br/cnseg/eventos/cnseg/a-realizar/6-encontro-de-resseguro-do-rio-de-janeiro-2.html>

DIGITAL? AGORA!

POR ISMAEL TESSARI GRANDI^(*)

As seguradoras brasileiras nasceram analógicas e têm um grande desafio pela frente, que envolve mudança cultural e quebra de paradigmas.

Falar em digital, especialmente em segurança (seguros, previdência e capitalização), gera dois tipos de reação: enxergar o processo de forma analógica e, ao final, acessar a apólice pelo site ou celular; ou visualizar o processo digital fim a fim, sem ambiente físico ou documentos impressos.

Pensar o digital no mercado segurador parece complexo. Será? O Uber enfrentou duras batalhas para trilhar seu caminho no mercado de transportes. O Airbnb propicia confiança às pessoas, que dispõem seus imóveis para locação usando um aplicativo de celular.

Vale destacar que boa parte das pessoas viveu a época pré-internet e tolera soluções “meio digitais”. Mas as pessoas que já nasceram na era digital resolvem tudo pelo celular, querem liberdade e comodidade para contratar produtos e formarão, em breve, a grande massa consumidora. O digital é a forma de atendê-las. É mais que uma transformação tecnológica, é um modelo de relacionamento que coloca o cliente no centro de tudo (customer centricity). Isso significa manter conta-

to com ele de forma recorrente, com feedbacks constantes para ajuste de processos.

Como o digital pressupõe ausência de ambiente físico, vem a pergunta: onde, quando e como abordar os clientes? Muitas informações sobre o comportamento deles estão disponíveis nas mídias sociais, blogs etc. Elas são abundantes e costumam-se chamá-las de big data. O desafio é coletá-las e depurá-las a fim de entender esses clientes (analytics).

Se o cliente está no foco, quem souber interpretar sua vontade terá o poder. Surgem, então, novos concorrentes, fora do nosso ramo de atuação: empresas que detêm e tratam com destreza as informações sobre comportamento de clientes; ou, ainda, que nascem em garagens, com uma forte base tecnológica e criam métodos inovadores capazes de sacudir o mercado (start-ups).

Assim, de posse da teoria, que já conhecemos de tanto ler e estudar sobre o mundo digital, sabemos o “quê” fazer? Sim, mas não é tão simples. Se observarmos, a grande maioria

Arquivo pessoal



[*] Membro convidado da Comissão de Digitalização da CNseg e gerente de Produtos e Operações do Banco do Brasil Seguridade

das empresas que fazem sucesso no mundo digital já nasceram digitais. As empresas que compõem o mercado segurador brasileiro são grandes, estabelecidas, mas nasceram analógicas e, então, têm um grande desafio. Por isso, a questão não é o “quê”, mas “como” fazer. Envolve mudança cultural, quebra de paradigmas e abandono de crenças.

Portanto, a Comissão de Digitalização (ou Comissão Digital, como alguns participantes já a vêm chamando) da CNseg exerce papel fundamental na construção do caminho para o mundo digital no mercado segurador, pois direciona o foco dos participantes desse mercado. Se o desafio é “como” e já sabemos “o quê” fazer, a pergunta é “quando” fazer? Agora! Digital não é uma escolha, é uma realidade, a única que irá perdurar.

SEGURO CHILENO INOVA EM BOAS PRÁTICAS



Divulgação AACH

POR MÁRCIA ALVES

Além de proteger o segurado e de criar um ambiente para o desenvolvimento do mercado, **Compêndio de Boas Práticas** amplia fortemente arrecadação.

Quando a Associação de Segadoras do Chile – AACH criou, em 2002, o Compêndio de Boas Práticas Corporativas das Seguradoras, como parte de um então novo sistema de autorregulação que também inclui o Conselho de Autorregulação, tinha dois objetivos bem definidos. O primeiro era oferecer uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento e fortalecimento institucional do mercado. O segundo, melhorar o relacionamento com o consumidor de seguros, adotando mecanismos para sua proteção e para aumentar sua satisfação com os produtos de seguros. Hoje, pode-se dizer que a indústria de seguros chilena atingiu ambos os objetivos e muito mais.

No quesito desempenho, o mercado – que é composto por 160 empresas e representa 4,2% do PIB – tem demonstrado enorme vigor. No último ano, a receita do setor cresceu 12,6%, enquanto a economia cresceu apenas 1,9%. Já no quesito relacionamento com o consumidor, um bom parâmetro foi a liquidação dos mais de 9,5

milhões de sinistros provocados pelo terremoto que atingiu o Chile em 2010, resultando em indenizações da ordem de US\$ 14,3 milhões.

De acordo com o vice-presidente executivo da AACH, Jorge Claude, a Superintendência de Valores e Seguros, órgão regulador daquele país, recebeu apenas cerca de 6 mil reclamações, equivalente a 0,064% de todos os sinistros, e o Defensor do Segurado, órgão que desde 2008 atua de forma independente e atende gratuitamente os segurados, recebeu somente 711 reclamações.

NORMAS GERAIS

O Compêndio de Boas Práticas é um documento de seis páginas, com normas gerais e práticas das seguradoras (internas; com outras seguradoras; com clientes; e publicidade de seguro), que foi desenvolvido com a participação das próprias empresas adherentes ao Conselho de Autorregulação.

Segundo Claude, a proposta às empresas associadas foi abordar de maneira proativa as normas comuns

“Uma questão-chave (do Compêndio de Boas Práticas do Chile) foi estabelecer padrões básicos e muito simples, concentrando esforços na aplicação prática, para que não se tornassem meras declarações de boa vontade. **”**

Jorge Claude

em questões como governança corporativa e a relação com o segurado, estabelecendo um marco que garantisse a livre concorrência e gerasse incentivos positivos para a melhoria contínua nessas áreas. “Uma questão-chave foi estabelecer padrões básicos e muito simples, concentrando esforços na aplicação prática, para que não se tornassem meras declarações de boa vontade”, explica.

Mas o objetivo do Compêndio não é apenas reduzir o número de reclamações, mas também atender o cliente e suas necessidades e diminuir o número de casos experiências insatisfatórias com seguros, explica. Daí porque o guia está em sintonia com práticas internacionais e também é revisado periodicamente para se adequar às novas tendências. Uma delas, por exemplo, se refere à maior responsabilização corporativa e à preocupação com os direitos dos consumidores.

Na última revisão, no ano passado, foram incorporados aspectos novos, como a criação de políticas para tratar de conflitos de interesses e sobre as informações transmitidas ao cliente durante a venda de seguros. “Criamos regras para responder às reclamações contra seguradoras e a exigência de proteção dos dados pessoais de clientes”, diz.

RELACIONES DE CONSUMO

O Chile inspirou outros países, como a Colômbia e Espanha, a criarem normas e legislações para definir as boas práticas de seguradoras e para proteger os direitos dos consumidores de seguros. No Brasil, as instituições de seguros estão empenhadas

Arquivo CNseg



não apenas na implementação de ações de educação financeira, como também na publicação de material informativo (guias, cartilhas etc.) para esclarecer o consumidor.

Para o consultor da CNseg, Ricardo Morishita, estabelecer boas práticas é uma expressão de liberdade e maturidade dos setores econômicos. “Significa, conceitualmente, assumir a responsabilidade pela melhoria e progresso do setor, independentemente da necessidade da intervenção legislativa ou regulatória”, afirma.

Diante do desafio permanente da busca do equilíbrio e do tratamento justo da relação de consumo, Morishita destaca a importância das boas práticas em seguros para a evolução da sociedade. Mas adverte que é necessário que sejam substancialmente melhores para os consumidores. “As boas práticas devem representar um avanço em relação às leis e regulações existentes; ser reais, factíveis e integradas ao sistema operacional e cultural da empresa e, principalmente, significar uma experiência positiva para o consumidor”, informa.

“As boas práticas devem representar um avanço em relação às leis e regulações existentes; ser reais, factíveis e integradas ao sistema operacional e cultural da empresa e, principalmente, significar uma experiência positiva para o consumidor.”

Ricardo Morishita

Nesse aspecto, o tradicional mercado de seguros inglês tornou-se exemplo ao criar, em 2009, o Ato do Consumidor de Seguros, que, entre outras inovações, substitui o dever do consumidor de prestar informações espontâneas pelo dever de responder perguntas formuladas pela seguradora com cuidado razoável, de maneira completa e precisa.

No Brasil, onde a legislação pune o segurado que omitir ou prestar informações inexatas, a jurisprudência tem avançado, apresentando decisões que impõem às seguradoras o dever de diligência em relação às circunstâncias que influenciam o risco, em vez de esperar a manifestação voluntária do cliente. “Apesar de a lei prever o princípio da boa-fé nas relações de consumo, é importante que se considere também o contexto da relação, assim como o perfil do próprio consumidor para que não ocorra excesso ou abusividade”, diz Morishita.

LIVROS DE CABECEIRA DE PERSONAGENS DO MERCADO

Nas antigas civilizações, ler era um meio reconhecido para se chegar ao poder. Apenas sacerdotes, escribas e demais pessoas ligadas a funções hierárquicas detinham o privilégio da leitura, que, por definição, era uma prática oral e coletiva. Com o passar do tempo, essa prática foi ganhando contornos de acordo com a construção social

de cada período da história.

Informa, transforma, forma e liberta são alguns dos conceitos utilizados para definir os benefícios da leitura. E mesmo que cada leitor tenha seu estilo de livro predileto, de vez em quando pode ser prazeroso aventurar-se também por outros mundos e ler histórias diferentes, ter outras sensações e se familiarizar

com novos universos.

Inspirada nisso, a nova seção da Revista de Seguros, que faz sua estreia nesta edição, quer compartilhar dicas de livros que executivos e outros profissionais do mercado segurador estão lendo ou mantêm em suas cabeceiras, para leituras recurrentes, oferecendo, assim, novas opções aos leitores.

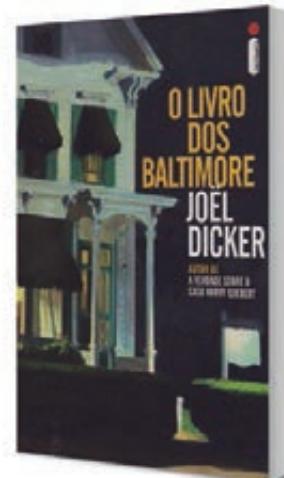
Arquivo CNseg



JORGE HILÁRIO
Membro do Conselho Superior da CNseg

Opinião: “Gosto de ter na mesa de cabeceira livros de ficção e biografias que não me façam perder o sono e, preferencialmente, na forma de e-books para facilitar a leitura. Acabei de ler o último livro do Joël Dicker, um suíço que descreve bem a sociedade americana, intitulado “Le Livre des Baltimore”. Trata-se de um relato sobre a adolescência de um jovem escritor no meio de um convívio familiar, com todos os ingredientes necessários para que o leitor possa se identificar com cada um dos personagens”.

Sinopse: Marcus Goldman teve uma juventude inesquecível em Baltimore, ao lado dos primos e dos tios, a parte bem-sucedida de sua família e que ele tanto admirava. Mas a felicidade aparente não condizia com a realidade e o dia do Drama marcou o destino fatídico e inesperado de todos aqueles que ele mais amava. Oito anos depois, Marcus ainda tenta montar o quebra-cabeça do Drama, lidar com as consequências e entender o que aconteceu. De-



sencavando o passado, reacendendo paixões e desvendando mistérios, ele decide escrever o próximo romance sobre sua família, numa tentativa de se libertar de antigos ressentimentos e redimir aqueles que foram punidos pelos infortúnios da vida. Rivalidade,

traição, sucesso, paixão e inveja: abordando temas presentes na vida de todos nós, Joël Dicker constrói brilhantemente o retrato de uma juventude, destacando a força do destino e a fragilidade de nossas maiores conquistas.

**O livro dos Baltimore
(Le Livre des Baltimore)**

Autor: Joël Dicker
Editora: Intrínseca

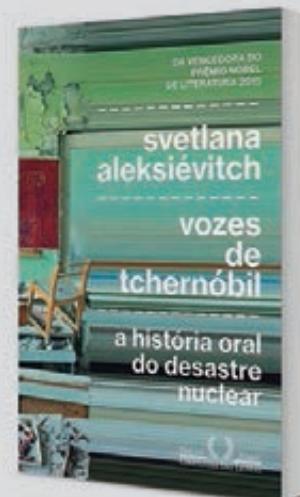


MARCIO CORIOLANO
Presidente da CNseg

Opinião: “É uma obra emocionante sobre perda, morte e busca da identidade. Ao tratar do desastre da usina nuclear, um dos maiores riscos da humanidade, a autora dá voz a todos aqueles que tiveram suas vidas afetadas pela radiação, expondo as memórias, frustrações, aspirações e tragédias de milhares de homens e mulheres traumatizados pela conturbada experiência que atingiu mais diretamente a Ucrânia, a Bielorrússia e partes da Rússia”.

Sinopse: Em abril de 1986, uma explosão na usina nuclear de Tchernóbil, na Ucrânia — então parte da

finada União Soviética —, provocou uma catástrofe sem precedentes: uma quantidade imensa de partículas radioativas foi lançada na atmosfera e a cidade de Pripyat teve que ser imediatamente evacuada. Tão grave quanto o acidente foi a postura dos dirigentes russos e ucranianos, que expunham trabalhadores, cientistas e soldados à morte durante os reparos na usina. Pessoas comuns, que mantinham a fé no grande império comunista, pereciam apesar poucos dias de serviço. Por meio das vozes dos envolvidos na tragédia, a autora (Prêmio Nobel de Literatura) constrói este livro arrebatador, que tem a força das melhores reportagens jornalísticas e a potência dos maiores romances literários. Uma obra-prima do nosso tempo.



**Voices de Tchernóbil - A história oral do desastre nuclear
(Voices from Chernobyl: The history of a nuclear disaster)**

Autora: Svetlana Alekseiévitch

Editora: Companhia das Letras



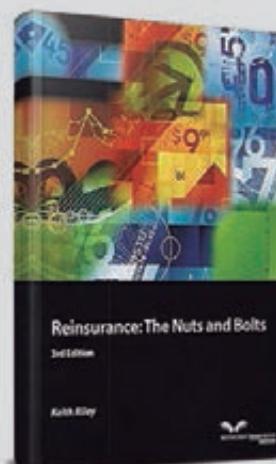
MARGO BLACK
Presidente da
Swiss Re Brasil
Resseguros S.A.

Opinião: “Esse livro é uma excelente introdução sobre resseguros e sempre que posso o recomendo. Com uma linguagem bastante simples, o autor consegue transformar o complexo mundo do resseguro em algo fácil de entender. O mais interessante é que foi fruto de um trabalho desenvolvido em 1995 no Brasil. Na época, eu trabalhava com o autor, Keith Riley, na empresa Sedgwick, em Londres, e recebemos a incumbência de ir para o Rio de Janeiro e São Paulo ministrar workshops de resseguros para algumas empresas brasileiras. Elaboramos um treinamento customizado para esse projeto e viemos

juntos ao Brasil para implementá-lo. Os treinamentos foram um grande sucesso e, analisando a didática e clareza com a qual meu colega ministrava as aulas, sugeri: “Keith, por que você não escreve um livro? Ajudaria muita gente a entender sobre o nosso mercado.” E não é que ele escreveu? O livro foi originalmente lançado em 1997 e já passou por duas revisões. A terceira edição e mais recente foi publicada em 2012.

Sinopse:

Idealizado há mais de 20



anos, a partir de um seminário ministrado por seu autor no Brasil, o livro é um clássico sobre o resseguro. Com uma linguagem simples e acessível. Em sua terceira edição revisada e ampliada, apresenta os principais conceitos envolvidos na atividade resseguradora, como os referentes a transferências de carteiras, cálculos de comissões de lucros e prêmios de reintegração, além de explicar os aspectos técnicos das formas mais comuns de contratos. O livro foi traduzido para língua portuguesa por Nicolau Daudt e publicado pela Escola Nacional de Seguros, em 2003.

**O Quebra-Cabeça do Resseguro
(Reinsurance: the Nuts & Bolts)**

Autor: Keith Riley

Editora: Witherby Insurance and Legal

SORTEIOS E PRÊMIOS INESPERADOS

POR MARIA LUISA BARROS

Pessoas que tiveram a sorte de ganhar um dinheiro extra nas premiações dos títulos de capitalização realizaram sonhos ou colocaram as finanças em ordem.



Divulgação Brasicap

O gosto do brasileiro por sorteios e prêmios em dinheiro tem sido a grande aposta das empresas de capitalização para fazer o mercado crescer durante tanto tempo e de forma tão duradoura, mesmo em épocas de vacas magras. O País tem hoje aproximadamente 17 milhões de consumidores de títulos de capitalização – 1,1 milhão são pessoas jurídicas. Um público que descobriu nos planos uma forma de fazer uma poupança de longo prazo para tocar projetos pessoais, ao mesmo tempo em que passou a correr diariamente a R\$ 4,5 milhões em premiações.

Segundo o mais recente balanço da Federação Nacional de Capitalização – FenaCap, de janeiro a dezembro do ano passado, as empresas do segmento sortearam R\$ 1,1 bilhão aos clientes de Norte a Sul – um aumento de 8,2% em relação ao mesmo período de 2015. Desse total, mais da metade movimentou a economia da Região Sudeste.

Para esse time de afortunados, a sorte bateu na porta no momento certo, contribuindo para a realização

de sonhos e ajudando a colocar as finanças em ordem. Um dos premiados foi o bancário Pedro Alípio, de 45 anos. Há oito anos, a filha caçula, Helena, estava para nascer, quando ele foi sorteado. Na época, Pedro ganhou em torno de R\$ 6 mil. Com a quantia, pagou todo o enxoval da filha e ainda providenciou berço, armário, trocador e carrinho de bebê.

“Foi uma surpresa maravilhosa. Deu para comprar todo o enxoval do bebê, inclusive um estoque inicial de fraldas”, recorda o bancário que costuma destinar 5% dos seus rendimentos para a capitalização. “Eu faço uma reserva equivalente ao 14º salário, que pode ser multiplicada por meio dos sorteios”, conta ele.

RESILIÊNCIA

Na avaliação do presidente da FenaCap, Marco Antonio Barros, a premiação na capitalização tem uma função importantíssima, ao estimular os brasileiros a poupar parte do orçamento familiar. “A Capitalização vem demonstrando bastante resiliência em momentos de instabilidade.

“Foi uma surpresa maravilhosa. Deu para comprar todo o enxoval do bebê, inclusive um estoque inicial de fraldas.”

Pedro Alípio

Mesmo que não sejam sorteadas, as pessoas ficam mais cautelosas e tendem a guardar dinheiro para realizar um sonho ou fazer frente a possíveis emergências financeiras”, constata.

E não é preciso muito para começar a guardar dinheiro. O tíquete médio custa em torno de R\$ 28 e, dependendo do título, os prêmios podem chegar a até R\$ 10 milhões. Para quem está com dívidas, a premiação pode ser a tábua de salvação.

“Não esperava ganhar. Mas veio em boa hora porque foi um ano de aperto para todo mundo. Deu um alívio no orçamento.”

Paulo Sérgio Carvalho

Essa foi a sensação experimentada, no ano passado, pelo vendedor Paulo Sérgio Vilela de Carvalho, de 47 anos. Ele adquiriu um seguro de acidentes pessoais vinculado a um título de capitalização, com pagamento anual a partir de R\$ 29,90, e foi surpreendido pela notícia de que havia ganhado R\$ 4 mil.

“Não esperava ganhar. Mas veio em boa hora porque foi um ano de aperto para todo mundo. Deu um alívio no orçamento. Conseguí pagar todas as contas atrasadas na praça”, contou

Paulo Sérgio. Animado com a premiação, ele já contratou um novo título e agora faz planos, caso seja contemplado mais uma vez. “Vou melhorar o carro, comprar peças novas e fazer a manutenção”, adianta.

DISCIPLINA

O lado lúdico da Capitalização é um contraponto ao baixo retorno financeiro. Na prática, ele escolhe trocar uma possível rentabilidade pela chance de participar de sorteios, já que parte do dinheiro guardado nos títulos é destinada ao fundo que banca os prêmios dos sorteios e as despesas administrativas. O recurso aportado, e que efetivamente será capitalizado, é corrigido pela TR e devolvido ao fim do prazo de capitalização, mesmo que o cliente não tenha sido sorteado.

Disponível em três modalidades, os planos Tradicionais, carros-chefe do setor, por exemplo, são a solução indicada para pessoas que não têm disciplina para juntar dinheiro, dispõem de poucos recursos e veem a participação nos sorteios como uma oportunidade de melhorar de vida. Enquanto forma uma reserva, o consumidor concorre a prêmios ao longo de toda a vigência de seu título e pode ser sorteado uma ou mais vezes nesse período. Existem várias opções de valores de mensalidades (ou pagamento único) e, geralmente, os prêmios são múltiplos desses valores.

A variedade de ofertas, a ausência de burocracia na aquisição, valores

acessíveis e prêmios em dinheiro são determinantes para o sucesso do produto, que atende a um amplo universo de consumidores, de diferentes classes sociais, renda ou escolaridade e inclusive pessoas jurídicas, que utilizam a capitalização em ações promocionais ou de fidelização. As provisões técni-

Arquivo CNseg



“Mesmo que não sejam sorteadas, as pessoas ficam mais cautelosas e tendem a guardar dinheiro para realizar um sonho ou fazer frente a possíveis emergências financeiras.”

Marco Antonio Barros

cas – valores relativos às reservas dos clientes – superaram R\$ 29,4 bilhões. Além dos sorteios individuais, o setor devolveu à sociedade R\$ 19,8 bilhões em resgates finais e antecipados de títulos, beneficiando milhares de famílias brasileiras. “Esses recursos voltam ao mercado e estimulam a economia”, acrescenta Marco Antonio Barros.

NOVIDADES DO MERCADO



ROMANCE EDUCA JOVENS SOBRE SEGURO

Publicações destinadas a aumentar o conhecimento de crianças e jovens sobre o seguro prosperam no mercado, com apoio da Associação Portuguesa dos Seguradores. O mais recente é um romance policial: "Um perito em busca da verdade", que lista algumas das profissões do setor de seguro, em meio a uma trama eletrizante. O livro, de autoria de Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães, é o terceiro da coleção do projeto da APS Seguros e Cidadania. Os dois anteriores são "Catástrofes e grandes desastres" e "O risco espreita, mais vale jogar pelo seguro". Os títulos estão disponíveis para download no site da APS.



Google

RISCOS À ESPREITA PREOCUPAM O MUNDO

Riscos ambientais, efeitos da desigualdade social e rupturas causadas pela evolução tecnológica estão, nessa ordem, entre os fatores que lideram a preocupação de corporações e da sociedade civil global, segundo a edição do Global Risk Report/2017, realizado pelo World Economic Forum, em parceria com a Zurich e instituições financeiras e acadêmicas. Os riscos provocados pelas mudanças climáticas ocupam o topo da lista de inquietações mundiais.

O relatório destaca a instabilidade nos países e a desigualdade social entre questões que podem se agravar nos próximos dez anos, ainda mais com a perspectiva de avanço do desemprego. Outra importante conclusão é sobre as dificuldades de entendimento e de incorporação tecnológica pela sociedade. Das 12 tecnologias emergentes analisadas no relatório, a inteligência artificial e a robótica têm os maiores benefícios potenciais, mas também os maiores efeitos negativos potenciais com mais necessidade de governança.

CÂMERAS COLOCAM SINISTROS NO RADAR

Um projeto inovador, parceria do Sindicato das Seguradoras do RJ/ES com a Associação Viver Bem, ajuda no desfecho dos sinistros de automóveis, por meio de imagens capturadas por 200 câmeras na região de Niterói. Do início do convênio em setembro passado até janeiro, as foram capturadas dezenas acidentes e outras ocorrências, que confirmam ou desmentem a narrativa dos se-

gurados sobre colisões, incêndios e roubo e furto de automóveis.

Como desdobramento do convênio, também foi criado um grupo no WhatsApp, pelo qual são enviadas imagens para comunicar as seguradoras sobre as ocorrências. O convênio também ajuda a revelar fraudes. Com as imagens da Viver Bem, as seguradoras têm mais informações para analisar o sinistro e localizam veículos roubados e furtados mais rapidamente.



Google

BACHARELADO OBTÉM NOTA MÁXIMA EM AVALIAÇÃO DO MEC

POR ASSESSORIA DE IMPRENSA DA ESCOLA

Ministrado no Rio e em São Paulo, curso superior coloca o mercado de seguros **no topo do ensino superior do País**.

Satisfação, orgulho e sensação de dever cumprido. Esses foram os sentimentos na Escola Nacional de Seguros após a divulgação, em março, das notas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, o Enade. Isso porque o Bacharelado em Administração ministrado pela Instituição obteve nota máxima, 5, no Rio de Janeiro (RJ), e 4, em São Paulo (SP).

Aplicado pelo Ministério da Educação – MEC em todo o Brasil, o Enade funciona como termômetro da qualidade do ensino superior, e os graus mais altos são objeto de desejo das maiores instituições do País.

O rigor da prova, no entanto, se encarrega de criar um grupo seletivo.

Nessa última edição da avaliação, menos de 5% dos cursos de Administração alcançaram a nota máxima e menos de 20% dos bacharelados conseguiram grau 4 ou 5.

PLANEJAMENTO

A Escola conseguiu um feito para poucos. Mas o ótimo desempenho não foi obra do acaso. Nos bastidores, muito planejamento, seriedade e suor. Segundo o diretor geral da entidade, Renato Campos, o trabalho da coordenação, dos professores e da secretaria foi fundamental. Juntos, eles sensibilizaram os alunos quanto à importância do Enade.

Google



Arquivo ENS

“As notas mais altas do Enade são objeto de desejo das maiores instituições do País. A Escola conseguiu um feito para poucos. **”**

Renato Campos

“Desenhamos um roteiro de aprendizagem com exercícios e simulados, elaborados de forma a espelhar exatamente o que os alunos encontrariam na prova. Aulas de reforço aos sábados e nos horários das disciplinas integradoras também foram atividades que fizeram a diferença”, ressalta.

Para o executivo, a conquista não é apenas da Escola, mas de toda a indústria brasileira de seguros, que ocupa lugar de destaque quando o assunto é formação e capacitação acadêmica. “É um resultado que comprova a excelência dos produtos educacionais que entregamos, com uma relação custo-benefício extremamente favorável”.

Olhando para a frente, a responsabilidade é ainda maior. No Rio, o objetivo será manter a nota máxima, meta a ser perseguida por São Paulo. “Nosso desempenho comprovou que estamos no caminho certo e vamos continuar ajudando o setor a se desenvolver, por meio da formação e capacitação de mão de obra especializada e altamente qualificada”, finaliza Renato.



O DIREITO DO CONSUMIDOR DE PLANO DE SAÚDE À INFORMAÇÃO ADEQUADA

POR PATRÍCIA CARDOSO MACIEL TAVARES,

Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da DPGE/RJ-NUDECON

Os vícios de informação ligados à distinção entre os contratos coletivos e os individuais **e suas consequências** são um dos maiores geradores de conflitos do setor.

O direito à saúde foi inserido na Constituição Federal de 1988 no título destinado à ordem social, que tem como objetivo o bem-estar e a justiça social. Nessa perspectiva, a Carta, no seu Art. 6º, estabelece que a saúde é direito social fundamental. Em seguida, no Art. 196, prevê que é dever do Estado a garantia do direito à saúde como concretização do direito à vida e à dignidade da pessoa humana.

O Estado, por ser responsável pela consecução da saúde, se organiza através do Sistema Único de Saúde – SUS (CF, Art. 198 a 200), e a assistência médica constitui serviço público delegado à iniciativa privada (CF, Art. 197 e 199). Na hipótese de não prestar diretamente o serviço, o Estado pode e deve controlar as escolhas dos agentes econômicos, assumindo a posição de regulador, em busca do equilíbrio (Lei 9.961/00 – ANS).

A relação entre as operadoras de Saúde Suplementar e seus usuários é uma relação de consumo. A própria Lei 9656/98, em seu Art. 35-G, prevê a aplicação do Código de Defesa do Consumidor – CDC. Com efeito, o direito à informação é direito básico do consumidor, decorre do inciso III do Art. 6º do CDC, e deve ser interpretado da forma

mais ampla possível. Informação em direito do consumidor somente deve ser considerada prestada, se efetivamente compreendida. Como os contratos de planos de saúde são complexos, há vasta regulação sobre o tema e o público hoje que tem acesso a esse tipo de serviço não faz parte mais somente da elite, estamos diante de um problema enorme para resolver.

No desempenho de nossas atribuições, verificamos que a ausência de informação adequada e precisa gera inúmeros conflitos de interesses entre consumidores e operadoras de Saúde Suplementar, acarretando o ajuizamento em larga escala de demandas judiciais.

O consumidor que nos procura com reclamações acerca de reajuste de mensalidade, ausência de cobertura e rescisão unilateral de contrato, por exemplo, não sabe sequer se seu contrato é coletivo ou individual e a diferença entre ambos. Pior, nunca teve acesso a sua via do contrato! Podemos afirmar que os vícios de informação ligados à distinção entre os contratos coletivos e os individuais e suas consequências são um dos maiores geradores de conflitos do setor.

A coletivização dos contratos de Saúde Suplementar faz com que hoje a

“Precisamos nos manter firmes no propósito da defesa de um consumidor informado e, por conseguinte, com condições de entender e decidir melhor.**”**

Patricia Tavares

regulação seja quase que uma utopia no tocante ao reajuste de preços e ao rompimento unilateral do contrato. Mas até que ponto podem ir as normas reguladoras do setor? Acreditamos num limite que preserve o mercado saudável, tanto para o consumidor quanto para o fornecedor.

Acerca da inegável crise na Saúde Suplementar, precisamos nos manter firmes no propósito da defesa de um consumidor informado e, por conseguinte, com condições de entender e decidir melhor.

Por fim, é com muita satisfação que felicitamos o Programa de Educação em Seguros desenvolvido pela CNseg, como instrumento capaz de levar aos consumidores informações sobre seguro de forma clara, transparente e sistemática.

CONSUMA APENAS O QUE NÃO TE CONSUME.

OS SEGUROS EXISTEM PARA DAR
TRANQUILIDADE. OUÇA A RÁDIO CNSEG E
ESCOLHA O MELHOR SEGURO PARA VOCÊ.



 ORIENTAÇÕES
SOBRE
SEGUROS

 BOLETINS
DE NOTÍCIAS

 ENTREVISTAS
ESPECIAIS

 PROGRAMAÇÃO
MUSICAL

A Rádio CNseg deixa você bem informado sobre o universo dos seguros. Aqui você encontra reportagens, dicas do setor, além de uma programação musical muito especial. Não deixe a incerteza de não ter um seguro te consumir.

Ouça a Rádio CNseg, uma iniciativa da Confederação Nacional das Seguradoras.

Rádio
CNseg

radio.cnseg.org.br
OUÇA AGORA!
 fb.com/radiocnseg





Seu
conhecimento
profundo

Nossa
perspectiva
única

Uma visão
mais clara do que
está por vir



O que trarão as tendências econômicas e sociais futuras? Que reformas jurídicas podem estar por vir? Qual será o seu impacto? Nem sempre o passado é útil para prever o futuro. Nossa modelo prospectivo é uma abordagem nova e radical para avaliar os riscos de responsabilidade civil. Ele fornece uma perspectiva única, particularmente útil em mercados em que os dados históricos não estão disponíveis ou não são adequados. Esse modelo torna a nossa visão do que está por vir mais clara. E isso nos permite identificar juntos quais as tendências de reclamações futuras, antecipar o impacto dos desenvolvimentos e administrar as exposições de acumulação futuras. Está em busca de um parceiro que vai mantê-lo à frente do jogo?

We're smarter together.

swissre.com